



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

**PRISCILA SOARES PEPE**

**CONQUISTAS E RETROCESSOS DO PRONERA – ESTUDO DE CASO DAS  
TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS**

**PELOTAS**

**2021**

PRISCILA SOARES PEPE

**CONQUISTAS E RETROCESSOS DO PRONERA – ESTUDO DE CASO DAS  
TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos – Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas – da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientador: Dr. Tiago de García Nunes

PELOTAS

2021

Catálogo da Publicação  
Ficha elaborada a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Bibliotecária da UCPEL: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

Pepe, Priscila Soares

**Conquistas e retrocessos do PRONERA - estudo de caso das turmas especiais de medicina veterinária da Universidade Federal de Pelotas / Priscila Soares Pepe.** - Pelotas: UCPEL, 2021.

92 f.

Orientador: Tiago de Garcia Nunes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2021.

1. políticas públicas. 2. educação de campo. 3. PRONERA. I. Nunes, Tiago de Garcia, orient. II. Título.

PRISCILA SOARES PEPE

**CONQUISTAS E RETROCESSOS DO PRONERA – ESTUDO DE CASO DAS  
TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos – Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas – da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientador Dr. Tiago de García Nunes  
Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

---

1ª Examinadora: Profa. Dra. Alessandra Gasparotto  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

2ª Examinadora: Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro  
Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Data da Defesa: 20 de agosto de 2021.

*Dedicatória*  
*Aos meus amados filhinhos Cecília e Rafael.*  
*Para vocês todo o meu amor.*

*Vem, lutemos punho erguido  
Nossa Força nos leva a edificar  
Nossa Pátria livre e forte  
Construída pelo poder popular*

*Ademar Bogo*

*Hino do MST*

## RESUMO

PEPE, P. S. **Conquistas e retrocessos do PRONERA – Estudo de Caso das Turmas Especiais de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas. 2021.** 90 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2021.

A presente pesquisa realiza uma reflexão sobre as políticas afirmativas para a Educação do Campo, com base no Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, o qual versa sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, bem como as interfaces que permeiam tal programa. Nesse sentido destaca-se aqui, que a Educação do Campo retrata uma luta histórica em que os movimentos sociais têm um papel fundamental, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um protagonismo essencial para a efetivação de tal política de educação para o povo camponês. O objetivo do trabalho é analisar as conquistas e retrocessos do PRONERA na Universidade Federal de Pelotas, com as Turmas Especiais (III e IV) que possuem vínculo de matrícula com a Instituição. Para alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia se deu através de um estudo de caso especificamente com as turmas Especiais da Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, considerando alguns atores envolvidos nesse estudo, além dos educandos e parte da equipe técnica do programa. A análise dos dados obtidos foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando evidenciar dados que atendam o objetivo da pesquisa. A partir da análise dos dados, podemos destacar vários aspectos relacionados as Turmas Especiais de Medicina Veterinária da UFPEL, e toda a trajetória dos educandos no universo acadêmico, que, por suma, apresentam um impacto direto para a realidade da população camponesa que vivem nos assentamentos. Além disso, existe uma expectativa em relação aos educandos, que se estende de seus meios comunitários e familiares até as instâncias universitárias. Sendo assim, as conjunturas políticas e econômicas interferem diretamente na gestão da política pública de educação do campo e, nesse caso, na execução do PRONERA no âmbito da Universidade Federal de Pelotas. As considerações sobre o aprofundamento desse estudo foram relevantes para apresentação de propostas que compreendam a política de educação do campo na universidade como uma estratégia de políticas afirmativa. A pesquisa também subsidia futuras propostas que atendam às necessidades dos educandos, e as instâncias que norteiam o programa, a fim de aprimorar a execução e qualificação do PRONERA na Universidade Federal de Pelotas.

**Descritores:** Políticas Públicas; PRONERA; Turmas Especiais da UFPEL.

## ABSTRACT

PEPE, P. S. **Achievements and setbacks of PRONERA - Case Study of Special Classes in Veterinary Medicine at the Federal University of Pelotas.** 2021. 90 f. Dissertation (Master in Social Policy and Human Rights) - Postgraduate Program in Social Policy and Human Rights, Center for Social and Technological Sciences, Catholic University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This research reflects on affirmative policies for Rural Education, based on Decree 7352 of November 4, 2010, which provides for the National Education Program in Agrarian Reform, as well as the interfaces that permeate such program. In this sense, we emphasize that Educação do Campo portrays a historical struggle, in which social movements play a fundamental role, with the Landless Workers Movement (MST) playing an essential role in implementing such an education policy for the rural people. The objective of the work is to analyze the achievements and setbacks of PRONERA at the Federal University of Pelotas, with the Special Classes (III and IV) that have an enrollment link with the Institution. The methodology used was to carry out a case study specifically with the Special classes of Veterinary Medicine at the Federal University of Pelotas, considering some actors involved in this study, in addition to the students and part of the program's technical team. The analysis of the data obtained was carried out through the technique of content analysis, seeking to evidence data that meet the research objective. In the analysis of the research, we can highlight several aspects related to Special Veterinary Medicine Classes at UFPel, and the entire trajectory of students in the academic world, have a direct impact on the reality of the peasant population living in the settlements. In addition, there is an expectation in relation to students, which extends from their community and family environments to university levels. Thus, political and economic circumstances directly interfere in the management of public policy for rural education, and in this case, in the execution of PRONERA within the scope of the Federal University of Pelotas. The considerations about the deepening of this study were relevant for the presentation of proposals that understand the field education policy at the university as an affirmative policy strategy. Allow the research to support proposals that meet the needs of students and also the instances that guide the program, in order to improve the execution and qualification of PRONERA at the Federal University of Pelotas.

**Descriptors:** Public Policies; PRONERA; UFPEL Special Classes.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AABB</b>	Associação Atlética Banco do Brasil
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CPCs</b>	Centros Populares de Culturas
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Bases
<b>COVID</b>	Doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 e é uma abreviação de (Corona Vírus Disease).
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FSB</b>	Fundação Simon Bolívar
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MDB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEP</b>	Movimento de Educação Popular
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MDA</b>	Movimento do Desenvolvimento Agrário
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PPA</b>	Plano Plurianual (PPA)
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>UCPEL</b>	Universidade Católica de Pelotas
<b>UFPEL</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>UNE</b>	União Nacional de Estudantes
<b>TEMV</b>	Turma Especial de Medicina Veterinária

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Educandos selecionados para a IV TEMV.....	46
Figura 2- Prédio do Curso de Medicina Veterinária da UFPEL.....	52
Figura 3 - Aula inaugural da I TEMV.....	57
Figura 4 - Selecionados da III TEMV.....	59
Figura 5- Alojamento dos educandos na AABB – UFPEL.....	62
Figura 6 - Centro Agropecuário da Palma UFPEL.....	64
Figura 7- Educandos em atividades na AABB.....	66
Figura 8 - Alojamento AABB.....	70
Figura 9 - Formatura Educandos TEMV.....	74

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A história da educação no campo no Brasil .....	21
2.1 O início da educação rural brasileira .....	21
2.2 A era Vargas e as Políticas de Educação no campo .....	23
2.3 A ditadura militar e os projetos educacionais.....	24
2.4 A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9324/ 1996 .....	29
2.5 O Governo Fernando Henrique Cardoso e a Educação no Campo.....	30
2.6 Períodos de Governança pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - Governo Lula e Dilma (2003 -2015) .....	31
2.7 O Golpe de 2016 e o governo de Michel Temer .....	33
2.8 Gestão Atual: o governo do Presidente Jair Bolsonaro .....	34
3. O Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra e a construção de um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária .....	37
3.1 O Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra.....	37
3.2 O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária .....	40
4. PRONERA na Universidade Federal de Pelotas: as Turmas Especiais de Medicina Veterinária.....	43
4.1 As Turmas Especiais de Medicina Veterinária na UFPEL.....	44
4.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa .....	47
4.3 Contextualização do PRONERA na UFPEL: Estudo de Caso das Turmas III e IV da Medicina Veterinária .....	50
4.3.1 Percepção sobre a criação do curso .....	50
4.3.2 Processo de Seleção e Desenvolvimento do Curso .....	59
4.3.3 Metodologia do PRONERA na TEMV .....	68
4.3.4 Importância do PRONERA na UFPEL .....	71
4.3.5 Relevância do PRONERA para os trabalhadores do campo .....	74
CONSIDERAÇÕES .....	80
REFERÊNCIAS .....	81
APÊNDICE 1: Roteiro de Entrevista Professor.....	88
APÊNDICE 2: Roteiro Entrevista Educando da TEMV .....	89
APÊNDICE 3: Roteiro de Entrevista Técnico PRONERA.....	90

*Vem teçamos a nossa liberdade braços fortes  
que rasgam o chão sob a sombra de no.  
valentia desfraldemos a nossa rebeldia e  
plantemos nesta terra como irmãos!  
(parte do hino do MST)*

*Ademar Bogo*

## **1. INTRODUÇÃO**

O fato de escrever uma dissertação durante um período de pandemia não foi uma tarefa fácil. Vivemos tempos difíceis, marcados pelo medo e incertezas. O negacionismo e a insistência em desacreditar na ciência são ameaças que assombraram esse processo, fragilizando a importância de pesquisas e estudos em todas as áreas do conhecimento e, diante desse contexto adverso e cruel, a vivência do luto e a tristeza do adoecimento em decorrência de toda essa tragédia pandêmica, esses são desafios que devem ser enfrentados e superados cotidianamente.

Entretanto, mesmo diante desse panorama, a importância das políticas públicas nunca foi tão debatida em nossa sociedade. Atualmente são as políticas públicas, em toda a sua amplitude, que garantem ações e estratégias de enfrentamento para a sociedade no âmbito das consequências decorrentes da COVID-19.

Outrossim, um aspecto que é essencial nesse período de pandemia é o trabalho da população camponesa. As necessidades básicas primárias demonstraram a essencialidade do trabalho do *homem do campo*, e o quanto o sistema capitalista o desconsiderou em detrimento de outros bens meramente consumistas.

Em vista disso, resgatar e analisar as políticas públicas de educação do campo é uma das pretensões dessa dissertação de Mestrado. Destacamos ainda, que essa pesquisa está relacionada com a linha de pesquisa sobre “Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas” do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas - UCPel.

Essa dissertação tem como tema o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, sendo a delimitação deste, um estudo de caso sobre as turmas especiais do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (Turmas III e IV). Sobre o PRONERA consideramos que:

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendam a população assentada (SANTOS, 2012, p.631).

Logo, o programa tem como alvo a população acampada e de assentamentos das áreas de reforma agrária e atende as ações na área de educação que vão desde a alfabetização até a pós-graduação do ensino superior.

Vale ressaltar que o PRONERA foi criado em 16 de abril de 1998, através da portaria nº10, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, formalizando-se como um programa de governo. Já em 04 de novembro de 2010, o Decreto nº7352, dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o PRONERA consolida-se como uma política pública.

Em termos legais, o PRONERA é regulamentado por 19 (dezenove) disposições normativas em seu Decreto regulador, que tratam de assuntos que vão desde a organização do programa aos cuidados com seus aspectos técnicos como, por exemplo, os relativos à gestão orçamentária, bem como com os princípios norteadores da Educação do Campo. Outro documento importante é o Manual de Operações do PRONERA, aprovado em sua atual edição pela Portaria/INCRA/P/N. ° 19, de 15 de janeiro de 2016, cujo conteúdo aprofunda as logísticas de cooperações e parcerias do programa com as entidades de ensino (BORGES, CARNEIRO, 2020, p. 8).

Os projetos para a execução do programa são elaborados através das demandas dos assentamentos e contam com a participação de instituições, como por exemplo, universidades, o poder executivo (atualmente representado pelo INCRA) e os movimentos sociais.

As políticas públicas direcionadas para o povo camponês são fruto de movimentos sociais marcados por lutas e reivindicações. Em sua trajetória histórica, o avanço dessas políticas ainda é lento e gradual, principalmente nas áreas de educação. A perspectiva de luta pelo direito a terra é um trabalho constante no sentido educativo de construção e ressignificação de uma Educação do Campo.

Nesse sentido entendemos que a educação do campo é um processo, o qual possui particularidades que devem ser contextualizadas, indo além das legislações pertinentes. Desse modo, para a compreensão da Educação do Campo é necessário a realização de um exercício de reflexão que perpassa por conceitos e a sua trajetória histórica de constante transformação.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como

análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação (CALDART, 2012, p.257).

O protagonismo dos movimentos sociais no contexto da luta pela terra e na construção de uma Política de Reforma Agrária eleva a Educação do Campo como um direito fundamental ao povo camponês.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p.19).

E, na luta pelo direito à educação do povo camponês percebemos que a realidade das políticas de educação brasileira não contemplava as particularidades e características dessa população, necessitando de projetos específicos a suas demandas. Sendo assim, podemos destacar que essa luta é para uma educação do campo e não para o campo.

Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? Uma interrogação que remete à outra: por que em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas (FRIGOTTO, 2010, p. 29).

Entre as demandas desses movimentos surge a necessidade de pensar a educação em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior, com as suas devidas especializações. No que tange ao ensino superior, a proposta é possibilitar ao povo camponês o acesso a uma política pública, que considere a realidade histórica enfrentada, marcada pelas desigualdades e opressões e uma incessante luta pelo direito a terra.

A implementação da Educação do Campo no Ensino Superior é recente e recebeu destaque com o Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010, o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criando estratégias de ingresso e permanência a discentes nos espaços universitários.

**Art. 1º** A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida

pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (BRASIL, 2010, s/p.).

Assim, com a disposição do referido Decreto à política assume um caráter de permanência no ordenamento jurídico, considerando as particularidades e singularidades do povo do campo. A participação dos movimentos sociais foi crucial para essa conquista e na construção de estratégias para a sua implementação; mesmo sofrendo várias críticas sobre a relevância dessa política, a mobilização social foi determinante para a sua garantia e fruição.

A par desta análise, podemos aferir que o PRONERA tem três dimensões de constituição: jurídica, pedagógica e de política pública. A dimensão jurídica do programa é dada pelo próprio decreto que o regulamenta ao cuidar de aspectos eminentemente vinculados ao direito, tais como a fixação de competências legislativas e administrativas aos entes federados (artigos 3º, 4º, 7º, 9º dentre outros). A segunda dimensão, de natureza pedagógica, é expressa pela série de disposições do programa que trazem as premissas do que é a Educação do Campo para o PRONERA, tanto que no artigo 2.º do decreto regulamentador são elencados os diversos princípios da educação do campo. E, por fim, a dimensão de política pública, que talvez seja a natureza mais aproximada das finalidades do PRONERA, na medida em que se torna um projeto voltado a consecução de políticas públicas do campo e da educação, simultaneamente (BORGES, CARNEIRO, 2020, p. 9).

Sendo assim, diante de um cenário de constantes questionamentos sobre as políticas afirmativas no contexto universitário, somado a real necessidade de políticas de educação do campo para o ensino superior, houve o despertar de uma motivação para realizar o estudo sobre a temática do PRONERA na Universidade Federal de Pelotas.

Nesse sentido, considerando a dimensão de política pública do PRONERA, podemos destacar que as ações afirmativas são medidas que visam, a médio e longo prazo, tentar

amenizar as consequências históricas de um processo de exclusão social da população do campo e das dificuldades no acesso aos seus direitos fundamentais. Os autores Borges e Carneiro (2020) analisam que as ações afirmativas constituem medidas de compensação pela falha no cumprimento do que preconiza a Constituição Federal brasileira, que em seu artigo 5.º, caput, na qual garante direitos fundamentais, a igualdade formal e material.

A proposta desenvolvida, nessa dissertação, teve como objeto de pesquisa “As conquistas e os retrocessos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nas turmas especiais do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas”.

Considerando minha vivência como profissional do Serviço Social atuando na política de assistência estudantil da UFPEL, foi possível constatar a necessidade de aprofundar um estudo sobre a temática a fim de planejar estratégias de consolidação e ampliação dessa política. Nesse sentido, durante a observação de dados sobre os educandos, constatou-se que a implementação do curso de Medicina Veterinária voltado para atender os requisitos do PRONERA foi marcada por incontáveis entraves, desde a sua criação até o momento atual.

Nessa trajetória profissional podemos destacar que atuação na política de educação é um desafio recente. Desde a minha formação profissional, foram diversas áreas nas quais tive a oportunidade de atuar, destacando a política de assistência social e de saúde.

Devido a inúmeros contextos, e por circunstâncias pessoais, comecei a atuar com o ingresso e a permanência dos estudantes universitários. Nessa nova rotina, de imediato, percebi a necessidade de buscar um aperfeiçoamento acadêmico, que pudesse instrumentalizar e qualificar a minha atuação profissional, sendo escolhido o Mestrado em Política Social e Direitos Humanos.

Acerca da realização de um estudo de caso como as Turmas Especiais de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, participantes do PRONERA, foi uma incitação em buscar compreender os processos de implementação desse curso dentro do universo acadêmico e como essa política pública conseguiu avançar em alguns aspectos e retroceder em outros quesitos.

As especificidades do assistente social, particularmente no meu núcleo de atuação, se pautam pela defesa intransigente dos direitos sociais para os estudantes, garantindo o direito à uma educação de excelência, pública e gratuita. Tendo em vista que o profissional do Serviço Social luta pelos direitos humanos e justiça social, estudando a realidade e principalmente dissertando sobre as lutas e conquistas para a educação do campo voltadas ao povo camponês



percebe-se que existe uma relação direta entre o tema adotado e o projeto ético-político profissional do assistente social.

Não obstante, na busca por referencial bibliográfico, especificamente no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foi encontrado duas dissertações sobre as turmas especiais de Medicina Veterinária da UFPEL. A primeira é de autoria de Valdirene Machado, publicada em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas e intitulada “CONSTRUÇÃO DA COLETIVIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO: Turma Especial de Medicina Veterinária PRONERA/UFPEL”, nela, a pesquisadora aborda a questão da coletividade da ITEMV (I Turma Especial de Medicina Veterinária) em seu processo pedagógico. Sua pesquisa teve com objetivo geral evidenciar as contradições existentes na construção da coletividade, com foco na Turma Especial de Medicina Veterinária – UFPEL/PRONERA, bem como suas potencialidades práticas, no sentido da afirmação de uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos. Destacamos que a pesquisa foi orientada pela perspectiva dialética, realizada de maneira qualitativa, sendo denominada um estudo de caso.

Na dissertação, autora Valdirene trabalha com um aprofundamento da reflexão sobre a categoria de coletividade na proposta educativa do MST tendo como identificação de Makarenko. A proposição de pesquisa foi instaurada através da questão: *Quais as contradições, os limites e as possibilidades existentes na construção da coletividade da Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL/PRONERA, tendo como referencial a categoria de coletividade proposta por Makarenko?*

Em relação as técnicas utilizadas foram realizadas entrevistas com 53 educandos, e nos instrumentos aplicados havia questões abertas e fechadas, visando obter características que possibilitassem a elaboração do perfil pesquisado.

As considerações dessa dissertação evidenciaram que a categoria da coletividade em Makarenko e a proximidade existente entre sua formulação teórica e a construção da coletividade das turmas especiais de medicina veterinária, constituíram um referencial na composição não só do método pedagógico em sua descrição, mas nas práticas efetivas realizadas pelo MST.

No ano de 2015, também houve a defesa da dissertação de Carlos Voltz no Programa de Pós-Graduação em Administração, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título “O Movimento da Educação do Campo na Universidade: o caso das Turmas Especiais de

Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas”, em que realizou uma pesquisa sobre a criação implementação e desenvolvimento do curso.

O autor teve como objetivo descrever o processo de criação e desenvolvimento das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas, através de um estudo de caso. Na dissertação foi narrada a experiência das Turmas Especiais de Medicina Veterinária da UFPEL, especificamente as turmas I e II, identificando os personagens e descrevendo suas ações no processo de criação e no desenvolvimento do curso.

A proposição de pesquisa da dissertação foi orientada pela questão: *“Como seu deu o processo de criação das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas?”*

Na questão metodológica foi utilizada uma abordagem descritiva e apresentado os dados em forma de narrativa. O autor Voltz realizou a coleta de dados através de entrevistas com estudantes, funcionários e professores envolvidos nas TEMV.

As considerações versam sobre as tensões geradas pela criação do curso especial de Medicina Veterinária e os impasses presentes entre o movimento de educação do campo e a universidade pública.

Essas duas dissertações foram fundamentais para a definição do tema e também ressaltam a relevância de aprofundar estudos sobre os processos das turmas especiais de Medicina Veterinária da UFPEL, pois a produção acadêmica provoca reflexões sobre os avanços e retrocessos dessa política pública. Assim, é notória a importância do aprofundamento dos estudos em relação a educação do campo voltada ao nível superior.

A proposição dessa dissertação foi de ampliar os estudos sobre as turmas especiais de Medicina Veterinária na UFPEL e realizar uma análise do contexto político atual estabelecendo as relações da educação do campo, seus avanços e retrocessos.

Portanto, o objetivo foi a realização de um estudo de caso especificamente com os educandos das turmas III e IV da Medicina Veterinária matriculados na Universidade Federal de Pelotas, e, atores da coordenação pedagógica do curso e do PRONERA.

Como objetivos específicos podemos destacar que houve a intenção de identificar as políticas afirmativas de acesso e permanência a educação superior no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; contextualizar o processo de implementação da adesão da UFPEL ao PRONERA; identificar a criação das Turmas Especiais de Medicina Veterinária; conhecer o funcionamento das Turmas Especiais de Medicina Veterinária da UFPEL;

identificar alguns aspectos de avanços e retrocessos do PRONERA na educação superior, na perspectiva dos atores envolvidos nesse processo.

Sendo assim, o problema de pesquisa direcionador foi “QUAIS AS CONQUISTAS E RETROCESSOS DO PRONERA: NO CONTEXTO DAS TURMAS ESPECIAIS (III e IV) DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPEL?”

Para isso a dissertação primeiramente abordará considerações sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a realidade da educação no campo no Brasil. Nesse primeiro momento são evidenciados o tema de pesquisa e os objetivos, geral e específicos, que direcionaram essa dissertação.

Na sequência é realizado um estudo sobre a história da educação no campo, dando enfoque na realidade brasileira. Nesse ponto são traçadas reflexões sobre a organização política e jurídica da educação no campo, e sobre os interesses sociopolíticos que refletem esse contexto.

Posteriormente é destacada a importância dos movimentos sociais do campo, tendo ênfase o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua luta nas políticas públicas. Nesse ensejo abordamos sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e a implementação na Universidade Federal de Pelotas.

Tendo em vista a atender os objetivos do estudo, em um capítulo específico, é apresentado a metodologia utilizada, bem como a análise dos dados coletados. O desenvolvimento do processo dessa pesquisa teve como referência teórica e metodológica o materialismo histórico dialético de influência marxista, nutrindo-se, sempre que possível, da produção do conhecimento elaborada pelos próprios movimentos sociais.

Na técnica de coleta de dados foram realizadas 11 (onze) entrevistas, através de um questionário guiado. Além disso, houve uma pesquisa documental, audiovisual, buscando o maior número de informações disponíveis.

Por fim, tecemos as considerações finais, nas quais a hipótese que o PRONERA na UFPEL apresentou um significativo avanço desde a sua implantação até o atual cenário político-econômico, foi confirmada.

Nessa perspectiva também há de se destacar o papel relevante dos educandos no contexto da universidade, ou seja, sua representativa, é fundamental para o desenvolvimento, tanto no meio acadêmico, mas também uma perspectiva de mudança e inovações para suas comunidades.

Essas breves considerações revelam algumas percepções e contribuições da referida dissertação, com o intuito de contribuir na formulação e aprimoramento das políticas públicas afirmativas para a população campesina.

*Braços Erguidos ditemos nossa história  
sufocando com força os opressores hasteemos  
a bandeira colorida despertemos esta pátria  
adormecida o amanhã pertence a nós  
trabalhadores!*

*(parte do Hino do MST)  
Ademar Bogo.*

## **2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NO BRASIL**

Buscamos trabalhar nesse capítulo os aspectos fundamentais que traduzem a contextualização da educação do campo no Brasil. Nesse sentido realizamos uma linha do tempo que aborda desde a nomenclatura da educação rural até as políticas públicas voltadas para educação no campo que se desenvolveram ao longo dos anos. Ademais, aqui também se buscou identificar, dentro de um contexto histórico, alguns avanços em termos de execução da política pública, bem como também os retrocessos oriundos das condutas políticas adotadas em seu determinado contexto.

### **2.1 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA**

A nomenclatura de Educação Rural<sup>1</sup> passou a ser considerada no desenvolvimento brasileiro a partir do processo de industrialização iniciado na segunda década do século XX. Sendo assim, refletir sobre a história da educação no campo brasileira é também fazer uma distinção sobre as questões que configuram uma educação rural. A autora Caldart (2012) destaca que as ações da educação rural são voltadas para práticas corporativas, expressões de um modelo de dominação e exploração, reflexos das relações capitalistas. Entretanto a referida autora pontua que a educação no campo é o confronto dessa pressão articulada pelo sistema capitalista, é uma prática social em construção com características que promovem, em síntese, “consciência de mudança”.

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que

---

<sup>1</sup> Para Mendonça (2010) a Educação Rural, nesse contexto histórico, são atividades de ensino agrícola, e não atividades escolares, que baseados em uma lógica estadunidense, visa a qualificação de mão de obra rural adulta, além do controle e organização em comunidades rurais que utilizem esse modelo importado, ressaltado como mais adequado.

Outras considerações sobre o tema sugerimos a leitura do artigo: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/06.pdf>

garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja *no e do* campo (...) (CALDART, 2012, p. 261).

O debate em torno da educação no campo ultrapassa as configurações e legislações que versam sobre o tema. Para realizarmos reflexões sobre a educação do campo temos que buscar compreender as conjunturas históricas e as lutas da população camponesa.

Romper com a perspectiva histórica de educação rural e ampliar a concepção de educação no campo é um desafio, que ultrapassa não somente a questão de nomenclatura, mas sim de práticas pedagógicas emancipadoras. A educação no campo, conforme Caldart (2012), é o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e todas as questões de justiça social e cidadania.

Para Oliveira e Campos (2012), a compreensão do cenário da educação no campo é uma manifestação das lutas políticas pelos direitos humanos nas áreas rurais do Brasil. Sendo assim, para compreender tal história deve-se buscar elementos que contribuam na reflexão sobre sua constituição, considerando suas particularidades.

Não obstante, quando abordamos o debate sobre a educação do campo, percebemos que esse está estritamente vinculado com a luta pela terra. Podemos considerar que também acontece, nesse período, o diálogo e a reabertura democrática do estado brasileiro, no final dos anos de 1970, e as reivindicações por políticas públicas que atendam às demandas da população do campo.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção das políticas públicas. Em muitas circunstâncias, é tratada como uma política compensatória, desprezando o conceito de política afirmativa de direitos.

A legislação brasileira ainda carece de aprimoramento e consolidação de suas políticas públicas para acompanhar, pois desde a República Velha até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996, ainda há muitos aspectos para avançar, com o intuito da política de educação ser um instrumento de justiça social. Nesse sentido, ainda há inúmeras lacunas que devem ser revistas, principalmente, de acordo com a demanda da população camponesa.

Durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” de educação urbana. Os valores presentes no meio rural, quando comparados ao espaço urbano, eram tratados com descaso, subordinação e inferioridade. Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos (SANTOS, 2012, p.211).

Nesse sentido, iniciativas para uma política pública de educação no campo, revelam que as iniciativas outrora propostas eram baseadas em ações direcionadas para uma minoria. Desse modo, não atendiam às necessidades e principalmente a realidade do cotidiano das famílias camponesas.

É relevante destacar que, quando é feita a análise da trajetória política da educação no campo não há como dissociar tal respectiva da conjuntura político-econômica no qual o Brasil estava inserido, uma vez que, as políticas econômicas adotadas numa sociedade são determinantes na construção e principalmente na execução da política de educação.

## **2.2 A ERA VARGAS E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO**

O projeto de industrialização nacional na era Vargas, no período de 1930 à 1945, demonstrou que as oligarquias rurais se contrapuseram a representação de perda do poder com a burguesia industrial. As autoras Damasceno e Beserra (2004) destacam que, antes desse período, as iniciativas revelavam um discurso que os projetos desenvolvimentistas do país deveriam valorizar o trabalho agrícola, sendo que os trabalhadores deveriam aceitar sua “missão de salvar e salvaguardar a vocação agrícola do país.” Contraditoriamente nesse discurso, as políticas para educação no campo efetivamente eram esquecidas e não havia uma legislação específica que atendesse suas particularidades.

Nesse sentido havia uma necessidade de fixar mão de obra no campo, com o intuito de consolidar a nação brasileira com um forte potencial agrícola. Entretanto essa permanência do trabalhador do campo era voltada para manter a situação de exploração e precárias condições de políticas públicas em especial, políticas de educação, para a população rural.

Como já destacado anteriormente, havia uma disputa entre os grupos das oligarquias rurais e outro grupo de uma burguesia industrial. Esses seletos grupos determinavam as direções da política de educação, incluindo a educação no campo como explica Carvalho:

Os planos econômicos e políticos em confronto desses dois grupos das classes dominantes são expressos nas propagandas dos partidos mais representativos de então, a União Democrática Nacional (UDN) na qual se congregavam as oligarquias agrárias em franca decadência, e o Partido Social Democrático (PSD), as recentes elites industriais que sonhavam com o projeto de desenvolvimento modernista para o país. No seio da burguesia, a disputa se dava entre uma maior e menor autonomia do Estado Nacional (CARVALHO,2006, p.82).

Essa disputa está estritamente ligada a divisão social do trabalho e a tentativa de dominação dos interesses americanos, ditando as diretrizes para as políticas públicas nacionais. A combinação de fatores internos e externos, derivados de uma nova conjuntura internacional, leva a disputas de projetos que duelam para manter ações de exploração da população do campo.

Segundo as autoras Damasceno e Beserra (2004), após o fim da Segunda Guerra Mundial houve a consolidação de um imperialismo norte-americano, no qual houve uma retenção na produção do setor primário, e conseqüentemente a diminuição de uma população rural, que migrou para a volta de grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida

No âmbito jurídico podemos destacar que o termo de educação para áreas rurais foi abordado no artigo 132 da Constituição Federal de 1937. Nesse artigo é criado a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e dos folclores rurais.

Da Educação e da Cultura

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937, s/p.).

A legislação foi redigida, mas sua implementação foi incipiente. Nesse período os debates sobre as especificidades da escola na zona rural foram realizados a fim de oportunizar educação para o meio rural brasileiro.

### **2.3 A DITADURA MILITAR E OS PROJETOS EDUCACIONAIS**

Segundo Carvalho (2006) a disputa entre esses dois projetos de desenvolvimento no Brasil estendeu-se até o Golpe Militar de 1964, havendo a tentativa de uma articulação do projeto de desenvolvimento industrial nacionalista e autônomo. A autora destaca “Desde o início do século XX, as ações do Estado na área de educação rural, são perpassadas por esses conflitos e ideologias” (CARVALHO, 2006, p. 83). Nesse cenário enfatiza-se que a preocupação do Estado não era, prioritariamente, oferecer uma educação popular do campo digna para a população, e sim encontrar estratégias para conter o fluxo migratório e a atender às demandas oligárquicas.



Contudo, nesses termos, não houve avanço nas políticas públicas brasileiras até a década de 50. As políticas de educação para a população do campo estavam voltadas para a manutenção da situação de exploração, não recebendo uma atenção específica para suas necessidades.

Carvalho (2006) destaca que no ano 1952 foi realizada uma campanha nacional de educação rural. Posteriormente, em 1955, instituído o Serviço Social Rural<sup>2</sup>, com a intenção de promover a melhoria de vida do homem agrícola, através de métodos de organização social da comunidade rural. A autora reforça que tais ações tinham o foco em trabalhar nos problemas sociais, dissociando das causas econômicas, políticas e históricas, a fim de manter a situação vigente.

A partir dessas ações, começou um processo de movimentação para a educação popular, principalmente no campo, destoando da política adotada nesse período. Impulsionado pela pedagogia e os ensinamentos de Paulo Freire, os Movimentos de Educação Popular (MEP), de Centros Populares de Cultura (CPCs) e a articulação dos estudantes, destacando a União Nacional de Estudantes (UNE) e o Movimento de Educação de Base (MDB) iniciaram a mobilização e reivindicação de lutas pelas políticas de educação.

Todos estes movimentos trabalham a valorização da cultura e saberes das classes populares, fomentando uma discussão sobre as causas reais da pobreza e desigualdades sociais, tanto no campo como nas cidades. Pela metodologia de alfabetização, teatro e formação de grupos sociais foi desenvolvido um trabalho de Educação Popular que estimulava o projeto de desenvolvimento nacionalista para o país, elaborando uma crítica ao projeto das elites defensores da associação subordinada ao capital internacional (CARVALHO, 2006, p.85).

---

<sup>2</sup>Conforme a Lei nº 2613 de 23 de setembro de 1955, o art. 3, preconiza:

“ Art. 3º O Serviço Social Rural terá por fim:

I - A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:

- a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;
- b) à saúde, à educação e à assistência sanitária;
- c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.

II - Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural;

III - Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;

IV - Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;

V - Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo;

VI - Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.”

Associado a esses movimentos, podemos destacar que, juntamente com o Movimento de Educação de Base, as Ligas Camponesas<sup>3</sup> começaram a colocar em debate e evidenciar a urgente discussão de uma política de reforma agrária, e de estratégias e garantias de direitos para a população do campo brasileira. Sendo assim, a questão agrária começou a ser pauta política, com o engajamento em diversas regiões brasileiras, tendo o foco a redistribuição fundiária e consequentemente políticas públicas para a população camponesa.

Em 20 de dezembro de 1961 é instituída novas Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, porém não houve avanços para o ensino das comunidades rurais. Pelos regulamentos da nova legislação a incumbência do ensino na zona rural foi transferido para a gestão municipal, que sem previsão de dotação orçamentária específica, tinha inúmeras dificuldades para a sua execução.

Essa transição, em um período politicamente tenso, fixou que a educação rural tivesse sua organização através da esfera municipal. Entretanto, sem ter um orçamento específico, e carecendo de estratégias para implementar as escolas rurais, a educação para a população do campo sofreu as consequências na manutenção dos seus serviços.

Entretanto, com o Golpe Militar, de 1964, as lutas e reivindicações pela melhoria das políticas de educação e da reforma agrária foram interrompidas com os atos institucionais decretados, interrompendo um período democrático na história brasileira. Carvalho (2006, p. 86) diz que “O simples pronunciar da expressão reforma agrária tornava-se indício de subversão e motivo para intimidações”.

---

<sup>3</sup>Segundo Piori (2012) As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente em Pernambuco e posteriormente se estendendo para outras regiões brasileiras. sua atuação foi intensa no período que se estendeu até 1955 quando houve a queda do então presidente da República João Goulart (1964).

A autor Pessoa (2015) refere-se que é as ligas camponesas nos remetem a dois momentos históricos distintos: o primeiro é no contexto de meados de 1950 no qual durou até 1964, sendo aniquilada pelas forças golpistas. o segundo refere-se há 10 anos anteriores, com as ações promovidas pelo partido comunista do Brasil (PCB), sendo concebida no plano teórico se concretizando em 1945.

Sobre a formação destacamos que a primeira Liga Camponesa surgiu no Engenho Galileia, em 1955, sob o nome oficial de Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuaristas Pernambucanos (SAPPP).

Nesse período houve vários movimentos para denegrir e desacreditar na imagem da organização dessa liga camponesa, porém a articulação se expandiu para outros estados brasileiros, sendo popularizado e ganhando outra dimensão.

Citando Pessoa (2015:42) *as Ligas Camponesas, enquanto movimento social organizado, alterou significativamente a cultura política daqueles que se convertiam em membros do movimento, fazendo-os mais conscientes e politizados.*

Diante do cenário de lutas e reivindicações, várias pautas e reivindicações por direitos sociais foram levantadas. Entretanto, o elo mais fraco da relação dos trabalhadores rurais e os grandes latifundiários foi da população de camponesa, que são submetidas a diversas formas de exploração.

Destacamos que esta nova configuração de movimento camponês organizado e politizado, foi essencial para pautar a luta pela reforma camarária e também condições dignas para a população do campo.

Nesse período várias lideranças dos movimentos sociais foram presas, torturadas ou assassinadas. A repressão do regime impedia o protagonismo dos movimentos sociais pois eram considerados subversivos e criminosos.

No mesmo ano do Golpe Militar também foi sancionado Estatuto da Terra, Lei nº4504, de 30 de novembro de 1964<sup>4</sup>. Destacamos que os conflitos e reivindicações para a população estavam se tornando movimentos fortes, politicamente engajados. O objetivo de sancionar o Estatuto foi uma estratégia de estancar os conflitos do campo e manter os movimentos sob um rígido controle, mantendo assim o domínio das entidades patronais, pressionados pelos movimentos ruralistas.

Mesmo sendo fruto das reivindicações dos movimentos sociais, o Estatuto da Terra não atendia as demandas pautadas, sendo muito limitado. Nesse sentido, poucos se avançou nas políticas para a população do campo, pois a situação de repressão impedia as manifestações populares para a garantia de sua aplicabilidade.

Tal realidade perdurou até a articulação e mobilização desses movimentos sociais, nos anos de 1980, principalmente com o movimento das Diretas Já. Uma reorganização nacional de entidades e lideranças sindicais, até então reprimidas e proibidas, trouxeram a união de diversos atores em busca do movimento de democratização nacional. A união da Central Única dos Trabalhadores (CUT), das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) da Igreja Católica, junto com os movimentos de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos trabalhadores do campo endossaram a importância da unidade nos movimentos sociais. O autor Eder Sader (2001) define que “novos personagens entram em cena” a fim de mudar a realidade do país.

Essa mudança do cenário social e político motivou a discussão e lutas para uma política pública voltada para a população campestre, pautada na urgente necessidade da Reforma Agrária, amparada em todas as políticas públicas adjacentes. Dentro dessa problemática, Oliveira e Campos (2012) citam:

---

<sup>4</sup>LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

CAPÍTULO I - Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

O contexto educacional recente do mundo rural vem sendo transformado por movimentos instituintes que começaram a se articular no final dos anos 1980, quando a sociedade civil brasileira vivenciava o processo de saída do regime militar, participando da organização de espaços públicos e de lutas democráticas em prol de vários direitos, dentre eles, a educação do campo (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 239).

Sendo assim, com a articulação e organização de entidades e lideranças nos campos os movimentos sociais e a transição para um regime democrático trouxeram a emergência de um novo aparato jurídico que respaldasse as políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, dita uma constituição cidadã, com instrumentos que subsidiam à execução das políticas, legitimando a luta e reivindicação desses movimentos sociais. A autora Carvalho (2006: 93) enfatiza que “Era preciso promover transformações na estrutura fundiária brasileira e outra frente de luta se estabeleceu no âmbito da elaboração da constituição de 1988.”

No que se refere à educação para a população do campo é impossível dissociar-se, também, de um movimento de luta pela terra. Os movimentos rurais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>5</sup> são cruciais em questionar um estado que atue para classes dominantes e reivindicar pelos seus direitos sociais e humanos. Nesse sentido, a luta pela terra é um movimento educativo, e essas políticas se entrelaçam sendo que devem ser trabalhadas conjuntamente.

Na luta pela política de Educação, os camponeses – povos do campo, das águas e das florestas–, têm buscado uma unidade na ação, sobretudo nos movimentos que compõem a Via Campesina. Essa unidade na ação consiste em denunciar as péssimas condições da política ofertada aos camponeses, pressão sobre os órgãos públicos e elaborações que expressam a concepção de educação e orientam a formulação da política (SOUZA, 2007, p.94).

O autor Fernandes (2012) destaca que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento sócio territorial que reúne diferentes categorias de camponeses, explorados pelo sistema capitalista, que juntamente com outros lutadores sociais, desenvolvem um movimento de reivindicação, não somente pela luta da terra e da reforma agrária, mas também por mudanças nas políticas públicas brasileiras.

---

<sup>5</sup> Para a autora Gasparotto (2021:46) “O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST é um movimento social camponês de massa, de carácter nacional, que luta pelo **direito ao acesso à terra** para quem necessita dela para sobreviver e por **mudanças sociais no país**.

a origem do MST inspira-se no legado histórico da organização camponesa.”

Para maiores informações sobre o tema sugerimos a leitura: <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1124>

Dentro dessa problemática, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem tido um papel crucial na perspectiva de ações e políticas públicas voltadas para a população camponesa, em especial para a educação do campo e suas novas configurações, tanto em uma prática inovadora de métodos, como também em uma legislação que respalde por tais mudanças. Uma política pública de educação como um direito humano universal e igualitário.

A educação, como direito de todos ao acesso e à permanência na escola, está consagrada na Constituição brasileira (art. 206), que indica a necessidade de elaboração, financiamento, implementação e avaliação de políticas mantidas pela União, estados e municípios (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p.239).

Oliveira e Campos (2012) ressaltam que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 as práticas educacionais e científicas primavam pela universalidade, combatendo as diferenças. Cabe destacar que o Estado, junto com os movimentos sociais, em especial com os movimentos camponeses, travou embates e a consolidação de um regime democrático representava novas formas de reivindicações.

Nesse sentido, podemos enfatizar que a política de educação rural ainda é uma realidade, mesmo com os avanços da educação do campo. O rompimento desse conceito de uma educação rural, que reproduz práticas capitalistas de exploração do ser humano, ainda é realidade para a manutenção, expansão do agronegócio e latifúndio, sendo um fator de contribuição para exclusão social.

#### **2.4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº9324/ 1996**

Como podemos evidenciar, diante de todo contexto pautado nas seções acima, a história da educação do campo no Brasil foi marcada pela falta de investimentos da gestão pública e a subserviência aos ditames das políticas econômicas que exploravam as condições da população do campo.

Desse modo, as lutas dos movimentos sociais propiciaram diversas oportunidades de criação de espaços para a discussão sobre as políticas de educação do campo, considerando seus contextos de forma plural.

Um exemplo dessas lutas dos movimentos sociais foi o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), no ano de 1997, evento esse que foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e contou com o apoio da Universidade Federal de Brasília, além de outras entidades engajadas nessa mobilização. Dentre as pautas

outrora discutidas durante o encontro, foi debatido sobre a educação pública para os povos do campo, de maneira a contemplar os aspectos do meio ambiente, produção, organização coletiva, questões familiares, laborativas entre outras pautas.<sup>6</sup>

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebelião organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos (MANIFESTO DO MST ENERA, 1997)

As políticas de educação para a população do campo, fruto de árduas lutas, também começaram a ser pautadas com respeito, tendo como premissa o combate à exclusão. No que tange as legislações específicas, enfatiza-se que a educação no campo, na Lei de Diretrizes Bases, nº 9324 de 1996, em seu artigo 28 confere as particularidades da educação rural.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 1996, s/p).

Os movimentos sociais rurais tiveram, e ainda têm, muitas lutas e reivindicações para garantir uma política educacional voltada para as suas particularidades. A primeira Constituição Federal Brasileira que tratou sobre a reforma agrária foi a de 1988 reconhecendo a função social da Terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra luta com grande representatividade por uma política inclusiva que contemple os anseios de uma população que historicamente é negligenciada pelo Estado. Nesse sentido podemos destacar que a luta dos camponeses por uma educação do campo sempre foi pauta e, também esteve nas discussões para sua implementação. A Lei de Diretrizes e Bases direcionou uma estrutura para a educação rural, porém não atendia às particularidades nas quais eram necessárias para o trabalhador camponês que estava envolvido nas políticas de reforma agrária.

---

<sup>6</sup> Integra do Manifesto do MST – ENERA /1997  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/01/brasil/29.html>

Voltz (2015), apresenta a discussão que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra iniciou na década de 1990 sobre a importância de um local de produção de vida camponês que contemplasse as diferentes dimensões, necessidades e formas, trazendo para o debate político do país. Nessa trajetória de busca por uma política educacional houve diversos encontros e seminários para debater sobre a temática. Concomitante houve lutas e manifestações por uma garantia de uma política específica que contemplasse a educação no campo em todos os seus níveis, pois, a realidade do campo se distancia da lógica meramente produtivista da terra e do trabalho, entendendo como o espaço historicamente construído, tendo uma relação de pertença, um trabalho de humanização.

Diante deste panorama de lutas, reivindicações e reflexões, em 04 de novembro de 2010, dispõe o Decreto nº 7352 da Presidência da República que regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Este decreto é a garantia que essa política pública passa a ser uma política de Estado, com sua legitimidade, contemplando o direito universal à educação do campo.

## **2.5 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A EDUCAÇÃO NO CAMPO**

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi crucial na consolidação de uma política neoliberal, anunciada nas campanhas eleitorais e aplicada nas primeiras ações da sua gestão.

Dentre as suas estratégias propostas, o período foi caracterizado pela reorganização do papel do Estado e suas relações com a sociedade civil. Não obstante, as ações liberais demonstravam que as políticas sociais estariam a serviço, principalmente aos critérios do capital, bem como acalmar e desarticular as reivindicações dos movimentos sociais.

A educação do campo também sofreu grande influência nesse período, sendo que as ações educativas estavam a servir o mercado e o agronegócio, dentro do processo de globalização e do neoliberalismo, tendo algumas pautas ignoradas pelas ações do governo.

No período de 1998 a 2002, a população do campo estava calejada de realizar enfrentamentos com os latifundiários em todo o país. O Governo FHC (iniciado em 1994) implementava a política neoliberal a ferro e fogo, protegendo inclusive os crimes acontecidos em meio aos conflitos de terra. O massacre em Corumbiara (1995) e em Eldorado dos Carajás (1996) foram elementos centrais para a explosão cada vez maior dos trabalhadores e, desta vez, com maior atenção de organismos internacionais. (JESUS, 2015, p.170).

Sendo assim, podemos evidenciar que essa gestão iniciou a implementação do neoliberalismo e a educação do campo sofreu as consequências dessa política de governo adotada. Os movimentos sociais, em especial os movimentos sociais do campo, estavam articulados e realizaram inúmeras denúncias, inclusive a órgãos internacionais, denunciando os conflitos e a negação de direitos.

Entretanto é inegável que algumas ações e programas foram adotados, sendo importantes nesse processo de construção da política de educação do campo, pois houve muitas lutas dos movimentos sociais para a fruição desse direito. Essas ações também evidenciam a força da mobilização dos movimentos sociais e a articulação política para atender suas demandas. O PRONERA é exemplo desse modelo político de gestão da educação.

O Governo não iria investir no acesso à educação no meio rural se o projeto econômico era de continuar expulsando os trabalhadores da terra. O Pronera servia ao Governo apenas para acalmar as demandas dos movimentos e dar uma “resposta” aos órgãos internacionais de direitos humanos. O Governo também trazia como preocupação principal o apoio do Banco Interamericano de Construção e Desenvolvimento – BIRD e outros investidores internacionais que ameaçavam suspender os empréstimos se houvesse continuidade de instabilidade política. FHC necessitava mostrar que o Governo construía um modelo de desenvolvimento com a participação dos trabalhadores do campo e os assassinatos ocorriam porque os trabalhadores eram intransigentes e não respeitavam a “democracia”, queriam invadir terras produtivas e não sabiam dialogar para se ter o direito à terra (JESUS, 2015, p 172)

As ações culminavam-se em manter a hegemonia do capital e amenizar a realidade e pautas dos movimentos sociais. Carecendo com a expansão e qualificação de recursos para as políticas de educação do campo, os primeiros anos do PRONERA serviram para efetivar os processos de alfabetização e escolarização da população camponesa, propiciando maior disseminação e visibilidade do programa, com baixos custos de investimentos.

## **2.6 PERÍODOS DE GOVERNANÇA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) – GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2015)**

O processo de eleição do Governo Lula apontava a visibilidade e esperança da população em um novo período, com expectativa de grandes mudanças na histórica realidade de exclusão e desigualdade brasileira. Entretanto nem todas essas expectativas se concretizaram, pois no período de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), a política neoliberal foi mantida, servindo aos ditames do capital internacional e ao agronegócio.

O novo pacto do Governo Lula trazia o aperfeiçoamento do ajuste estrutural acordado com o FMI com um componente a mais – programas de renda mínima e de combate à fome e à miséria com base na equalização entre consumo e produção. Os programas de



bolsa extrapolam os ministérios e chegam até aos funcionários públicos, a exemplo dos professores universitários que, ao invés de terem salários dignos, recebem bolsas para coordenar e executar diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Esses programas alimentam a relação de exploração promovida pelo capital, pois na lógica do consumo, os recursos voltam para os empresários e banqueiros e, os primeiros possuem isenção de impostos para continuar realizando a exploração dos mais pobres. Tudo isso faz parte da política de ajuste estrutural com disciplina fiscal para os mais pobres (JESUS, 2021, p.175).

O governo do PT contou com o apoio dos movimentos sociais, principalmente os movimentos sociais do campo, os quais sempre fizeram forte oposição as políticas neoliberais. Nesse sentido, podemos evidenciar que houve inúmeros avanços na implementação e execução das políticas sociais, em especial nas de educação. Como exemplo podemos citar o REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade (Decreto nº 6.096/2007), o Programa Universidade para Todos – PROUNI (Lei nº 11.096/2005) e a disposição do PRONERA (Decreto 7352/2010).

Até o presente momento não havia uma política de educação que proporcionasse a visibilidade e continuidade de jovens e adultos ao ensino técnico e superior. A população campesina foi contemplada, tendo um programa que atendesse suas particularidades e reivindicações históricas.

Pode-se afirmar que a maior conquista dos trabalhadores, do ponto de vista de marcos legais, foi a aprovação, no apagar das luzes do segundo mandato do Governo, do Decreto de nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Este decreto dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. A única política que ainda se fez presente nas áreas de Reforma Agrária com metodologia e currículos específicos que traduzem a história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (JESUS, 2015, p. 178).

Sendo assim, os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores iniciaram uma trajetória com a política de educação do campo. Ressaltamos ainda, que na gestão da presidente Dilma Rousseff foi incorporado o PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo, permitindo a permanência do estudante com as mínimas condições necessárias.

As políticas de educação adotadas na gestão petista foi um divisor de águas em relação aos modelos tradicionais desenvolvidos anteriormente ao ensino superior. Uma vez que, as universidades brasileiras que sempre foram objeto de uma elite burguesa e através da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) e os Programas de Benefícios da Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº7234/2010) foi viabilizado o maior acesso ao ensino superior das classes em situação de maior vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a mobilização os movimentos sociais foi fator determinante para a ampliação das políticas públicas educacionais no Brasil e a crítica realizada é sobre o retrocesso desses programas de educação, que vieram a partir do ano de 2016 com o Impeachment da presidente Dilma Rousseff.

As ações de desmonte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária ganharam mais força a partir do ano de 2016, com o golpe parlamentar, militar, jurídico e midiático, que contou, também, com interesses internacionais adjacentes que impuseram o ultra neoliberalismo, sobretudo com a emenda constitucional n.º 95/2016, também conhecida como a “PEC da Morte”, quando ainda tramitava na Câmara dos Deputados e no Senado. Essa emenda impôs políticas de congelamento orçamentário durante o governo do ex-presidente Michel Temer (2016 a 2019). Por consequência, tais medidas impactaram drasticamente nas políticas sociais, em especial aquelas voltada à educação, a saúde, a segurança, a previdência social, a assistência, fragilizando ainda mais a rede de proteção social do país (BORGES e CARNEIRO, 2020, p. 14).

Portanto, mesmo com a adoção de políticas neoliberais adotadas pela gestão petista, é necessário fazer a crítica que houve avanços, principalmente na legislação que rege os programas sociais. Outrossim, a organização dos trabalhadores para continuar a luta pela manutenção e ampliação dos direitos foi um desafio, em meio a um cenário de incertezas com as novas abordagens a ser adotadas.

## **2.7 O GOLPE DE 2016 E O GOVERNO DE MICHEL TEMER**

Ainda carecendo de muitos avançados e progressos para a educação do campo, é inegável que os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores foram propícios para o desenvolvimento de ações estratégicas e organização da política de educação do campo.

Em decorrência de uma crise econômica, e, com a articulação de partidos políticos para um enquadramento de uma agenda neoliberal que priorizasse apenas os interesses de uma elite dominante, houve o impeachment da presidente Dilma Rousseff, assumindo seu vice, Michel Temer. Os autores Aureliano, Silva e Santos (2020) citam:

No período de atuação do governo Temer, a educação do campo sofreu com muitos retrocessos os quais impactaram diretamente em sua estrutura, como o congelamento de investimentos públicos nas áreas como saúde e educação por 20 anos, aprovação das reformas do ensino fundamental e médio, além das questões trabalhistas que afetam também os trabalhadores do campo (AURELIANO, SILVA e SANTOS, 2000, p.09)

A gestão desse governo afetou diretamente na precarização dos serviços públicos, com diminuição dos recursos (em alguns casos congelamentos de investimentos), reformas de retrocesso as legislações sociais e escassez de investimentos nas políticas sociais.

Em relação a educação no campo, o governo Temer, com bases em sua política neoliberal demonstrou interesse em modificar o sistema educacional brasileiro. Segundo os autores Aureliano, Silva e Santos (2020) o interesse era alterar o ensino médio e diminuir os recursos destinados à educação em suas diferentes esferas. Uma das propostas do governo Temer era emitir uma resolução e atualizar as diretrizes curriculares, a fim de liberar, até 100%, a carga horária total do ensino médio para que pudesse ser realizado na modalidade à distância e que a educação de jovens e adultos pudessem ser feitas também nesta modalidade. Mesmo com toda a pressão tais medidas não se configuraram, e pela fatalidade da pandemia, no atual governo, é que algumas dessas medidas tiveram que ser adotadas, como forma de prevenção e segurança sanitária.

## **2.8 GESTÃO ATUAL: O GOVERNO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO**

Atualmente, o país vive um cenário de incertezas na trajetória do processo de educação no campo. As ações governamentais adotadas afetam a população campestre e evidenciam ainda mais as desigualdades sociais existentes, comprometendo alguns avanços conquistados arduamente pelos movimentos sociais.

As eleições que colocaram Jair Bolsonaro na presidência, foram marcadas por tensões e revelaram condutas de estigma aos movimentos sociais do campo. As manifestações dos movimentos sociais foram caracterizadas como ações terroristas, e o MST foi alvo de constantes ataques disseminadores de ódio.

Adotando uma ação neoliberalista, a educação não é a pauta desse governo, servindo apenas os ditames econômicos da classe burguesa. Os autores Aureliano, Silva e Santos (2020) evidenciam que as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro são perversas pois os movimentos sociais são duramente atacados, bem como o ensino e os investimentos destinados à educação do campo, pois esses governantes são articulados com o agronegócio e um sistema destruidor, que polui, envenena e abala as vidas, com todo o apoio governamental.

Especificamente sobre o PRONERA as medidas adotadas atingem diretamente todos os atores envolvidos com essa política. O atraso e redução dos recursos desarticulam e interferem no planejamento e execução das ações. Os autores Aureliano, Silva e Santos citam:

Os ataques do governo Bolsonaro às escolas do campo se concernem a ações como a redução dos recursos financeiros destinados ao PRONERA, a imposição na sua campanha eleitoral para o fechamento de escolas, além da criminalização do MST. (...)mostra-se um governo despreocupado em relação ao campo, as camponeses, e à educação do/no campo. Vislumbra-se uma imagem nefasta de um governante que ignora e menospreza o quão importante é uma escola no mundo rural, e o quão transformadora é a educação perante os povos do campo (AURELIANO, SILVA e SANTOS, 2000, p. 06).

Outro fato que atenta ao desmonte do PRONERA é o Decreto 10252 de 21 de fevereiro de 2020, cujo altera a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, modificando profundamente as competências do órgão, passando a ter um viés de ações meramente direcionadas pelo governo.

Este mesmo decreto extinguiu a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania demonstrando descaso com a educação do campo e um retrocesso ao processo de conquistas dos movimentos sociais.

A atual gestão federal ataca as medidas conquistadas pelos povos do campo e puni os movimentos sociais com retaliações prejudiciais a fruição e acesso a educação. Nesse sentido o futuro não se vislumbra como promissor, ao contrário, em meio a uma pandemia a negação aos direitos sociais aparenta ser a pauta desse governo, o qual é dominado pela elite brasileira, especialmente pelos setores ruralistas e do agronegócio.

*Nossa Força resgatada pela chama da  
esperança no triunfo que virá forjaremos desta  
luta com certeza pátria livre operária  
camponesa nossa estrela enfim triunfará!*

*Ademar Bogo*

### **3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA**

Nesse capítulo vamos abordar um breve histórico da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, suas lutas e reivindicações por políticas públicas para a população camponesa.

Também será abordado sobre a construção do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária, levando em considerações os aspectos de conquistas dos movimentos sociais e também da legislação que o respalda.

#### **3.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as lutas pelas políticas públicas se entrelaçam, sendo impossível não fazer uma relação entre ambas. O processo educativo do movimento, com toda sua mística, torna o elo do MST com o PRONERA uma simbiose na qual só é possível realizar uma reflexão conjunta.

A mística dentro de uma organização social como o MST tem um papel fundamental: alimentar nossos ideais e sonhos; construir, de uma forma prazerosa e feliz, as nossas relações sociais e atividades militantes. A prática da disciplina está diretamente relacionada com a mística, porque a mística motiva, anima na busca de um projeto maior de organização do MST (MST, 2001, p.221-222).

A atuação do MST inicia com uma representatividade na região sul do Brasil. Em 1984, vivenciando um processo de reorganização dos movimentos sociais e a luta pela democratização, é realizado o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel – PR, como a presença de 16 estados, fundando o movimento em âmbito nacional. O autor Fernandes (2012) aborda que o movimento nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra uma política, que foi instaurada no regime militar e historicamente explorada pelo capitalismo, na qual o desenvolvimento agropecuário apresentava um caráter de apropriação e exploração da população camponesa.

Tendo como lema principal “Terra para quem nela trabalha”, trazendo a discussão da urgente necessidade de uma política de reforma agrária, as lutas do MST se ampliaram nas deliberações sobre as políticas públicas e condições de vida dignas para a população do campo.

Segundo Fernandes (2012) cada estado federativo apresentou sua organização e as ocupações de terras foram o princípio e a materialização da existência do movimento. O autor ainda cita que as lutas são dimensionadas em vários setores de atuação, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a estrutura social, e por meio desses processos que o MST começou na formação de milhares de assentamento e centenas de cooperativas e associações agropecuárias.

No que tange as políticas públicas, destacamos que no governo militar foi promulgada a primeira Lei de Reforma Agrária, representada pelo Estatuto da Terra, entretanto essa lei não houve aplicabilidade. Após o período de regime militar e com a elaboração da Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Título VII, foi expresso:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (BRASIL, 1988, S/P).

Sendo assim, com a ativa participação dos movimentos sociais do campo no processo de redemocratização, houve esses reflexos na Constituição Federal Brasileira de 1988. Mesmo com a prevalência dos interesses ruralistas e com uma forte influência dos meios de comunicação, principalmente a mídia e a imprensa, aviltando a imagem e condutas do MST, em 1993 foi aprovada a Lei nº8629 que regulamentou a desapropriação de terras.

Fernandes (2012) destaca que o aumento de famílias acampadas pressionou os governos na política de assentamentos rurais, porém com diretrizes neoliberais, como por exemplo no Governo de Fernando Henrique Cardoso, pouco foram os avanços. Esse cenário apresentou uma mudança significativa na gestão dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que

elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária e além de assentar família também promoveu a regularização fundiária e melhorias com investimentos em infraestrutura, comercialização e educação. Na sequência, mesmo em meio ao enfretamento de uma crise econômica, os Governos da presidente Dilma Rousseff permaneceram investindo em políticas para a população camponesa e avançando também na Educação do Campo e com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Com um cenário político de articulações escusas para a garantia do poder e a gestão federal em 2016 foi realizado o golpe que culminou com o impeachment da Presidente Dilma e o seu vice Michel Temer assume a presidência. As consequências para as políticas públicas para a população camponesa foram de retrocessos e o governo sucessor, do Presidente Jair Messias Bolsonaro, até o momento, demonstram a incipiência na gestão dessas políticas, com a paralisação de processos da reforma agrária e o aumento do incremento de verbas para ruralistas.<sup>7</sup>

As incertezas na condução das políticas públicas para a população camponesa são marcadas, nesse governo atual, por um discurso extremamente cruel, que respaldados na visão neoliberal, culpabiliza a população do campo por suas mazelas e nega a responsabilidade do Estado em oferecer condições dignas de trabalho no campo.

O governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro se alinhou com as políticas de ruralistas e suas ações trata-se de um retrocesso a qualquer política pública a população do campo. O seu discurso é que os movimentos sociais do campo devem ser combatidos com segurança pública, é qualquer atitude é considerada terrorista.<sup>8</sup>

Em toda a história brasileira, apesar de duros momentos de repressão vividos no passado, as atrocidades proferidas por um representante da Presidência da República, principalmente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, talvez nunca tenham sido de tamanha proporção, e as suas ações de retrocesso ao investimento da educação no campo compromete a execução dessa política, de maneira que não é possível fazer uma avaliação das perspectivas futuras desse cenário caótico.

---

<sup>7</sup> A reportagem traz dados sobre o desmonte nas políticas públicas para a população do campo. <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/27/bolsonaro-ataca-reforma-agraria-e-agricultura-familiar-com-decreto-no-carnaval>

<sup>8</sup> Reportagem com maiores informações: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-e-melhor-perder-direitos-trabalhistas-que-o-emprego,70002317744>

Em relação à educação do campo, especificamente do PRONERA, a diminuição da estrutura do INCRA (entidade que gerencia o programa) e a extinção de alguns programas de educação trazem dificuldades de prosseguimento e ampliação das atividades já realizadas.

### **3.2 O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, conforme o seu Manual de Operações Básicas (2014), é uma política pública de educação do campo desenvolvida principalmente nas áreas da reforma agrária. Seu objetivo principal é fortalecer o universo rural como um território de vida que contemple todas as suas dimensões sejam elas econômicas sociais ambientais políticas culturais e éticas.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendam a população assentada (SANTOS, 2012, p. 631).

O PRONERA é fruto das lutas e reivindicações dos movimentos sociais que primam pelo direito à educação universal, destinado aos trabalhadores da reforma agrária e seus familiares, promovendo a justiça social no campo através do acesso de uma educação de qualidade, formação técnico profissional, visando o desenvolvimento do campo.

Segundo Santos (2012) os projetos educacionais do PRONERA envolvem um sentido amplo da educação do campo, bem como as questões relativas a didática no processo educativo. Nesse sentido, autora destaca que esses projetos envolvem a alfabetização, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio profissional, ensino superior e pós-graduação, sendo também uma característica especial do programa a residência agrária.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é expressão de um compromisso entre Governo Federal, instituições de ensino e os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, governos estaduais e municipais. Seu objetivo é executar políticas de educação em todos os níveis nas áreas de Reforma Agrária (Manual de Operações PRONERA, 200, p.13).

O PRONERA é uma política pública, que apresenta como característica a gestão participativa e integrada com instituições públicas, que promovam a intersetorialidade. Os



projetos desenvolvidos estão integrados com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores, além das instituições de ensino e pesquisas, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável no campo a construção da solidariedade e da justiça social.

O programa foi criado em 16/04/1998 através de uma portaria 10/98, do extinto Ministério Extraordinário da Política Fundiária, junto com seu primeiro Manual de Operações. Nesse período o MST vivia uma situação particular delicada, em virtude das tragédias ocorridas nos massacres de Corumbiara, em Rondônia, e em Eldorado dos Carajás, no Pará. Diante de uma comoção nacional e as inúmeras reivindicações dos movimentos sociais, em especial o movimento dos trabalhadores do campo, as gestões políticas foram pressionadas a apresentar propostas para a educação do campo.

Os movimentos sociais do campo souberam bem aproveitar este ambiente favorável à Reforma Agrária para trazer a público outras pautas normalmente esquecidas ou desconhecidas pelas autoridades, entre elas a situação da Educação no Campo, notadamente a falta de escolas, e a falta de educadores para as poucas que existiam, o que impunha uma condição de acesso apenas aos anos escolares iniciais, reproduzindo, nos assentamentos, a mesma lógica de negação histórica do direito, aos camponeses, de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade (SANTOS, 2012, p. 632).

A política de educação no campo, na reforma agrária, contempla as necessidades em todos os níveis dos sistemas educacionais, ou seja, da educação básica até o ensino da pós-graduação. Cabe destacar que conforme o Decreto nº 7352, entende-se que a população do campo é abrangente e o PRONERA apresenta como população participante jovens de adultos dos projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ou por outros órgãos que realizam uma parceria formal com essa instituição. Em 2001 o programa foi incorporado ao INCRA e passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) do governo federal, integrando o orçamento geral da União.

Tendo como a garantia de uma política pública, com destinação orçamentária e a organização do programa aos cuidados do INCRA, as diretrizes do PRONERA também foram avançando, no processo de consolidação da política.

Em junho de 2009, por meio da inclusão do artigo nº 33 na lei nº 11.947, o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a instituir o Pronera. Em 4 de novembro de 2010, o presidente da República editou o decreto nº 7.352, que institui a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera (SANTOS, 2012, p.633).

A legislação e o decreto demonstram o avanço na política pública de educação do campo. Nesse sentido, podemos referenciar que a organização em torno no programa garante

como uma política contínua, ou seja, não uma prática eleitoreira, e sim uma política pública de direitos, na qual educação no campo tem respaldo e instrumentos jurídicos para a sua continuidade.

Outra particularidade do programa é que este atenta para as reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, que necessitam de projetos educacionais específicos para a sua realidade. O PRONERA apresenta metodologias e práticas pedagógicas que respeitam os princípios<sup>9</sup> da educação do campo.

Conforme o Manual de Operações do PRONERA (2014, p.25) podemos destacar seus objetivos, gerais e específicos:

Objetivo geral: Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Objetivos específicos:

- garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária;
- garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária;
- garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos - EJA- e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária;
- garantir aos assentados (as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento;
- organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa;
- promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.

Segundo esse Manual de Operações do PRONERA (2014, p. 630) “instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação”. Sendo assim, os princípios principais do programa preveem uma cultura de diálogo, da práxis, da organização, que agregue diversas áreas do conhecimento, promovendo o cuidado e a responsabilidade com um desenvolvimento econômico sustentável. Dentre as partes do programa podemos destacar que em seu aparato legal utilizam a pedagogia da alternância, nas quais prevê um regime de alternância ao longo da evolução dos cursos, sendo um processo dividido em tempo escola e o tempo comunidade.

---

<sup>9</sup> Segundo Santos (2012, p. 633) “Esses princípios dizem respeito à intencionalidade organizativa dos projetos, que, articulados, efetivamente permitem a entrada dos camponeses e suas organizações no interior das instituições de ensino, para pensar, juntamente com os professores, todo o processo”.

Podemos evidenciar que o PRONERA foi fundamental na articulação de instituições de ensino ao se engajarem no trabalho da educação do campo. As novas estratégias de acesso e organização do programa, considerando as especificidades apresentadas pelas demandas dos movimentos sociais do campo, evidenciaram a necessidade de pensar em alternativas para políticas inclusivas para a população camponesa.

O Pronera constitui, assim, uma política pública reconhecida, por um lado, pelo exercício de um papel a ela destinado de complementaridade em relação às políticas educacionais executadas pelo Ministério da Educação, pelos estados e municípios, e, por outro lado, como um dos instrumentos de emancipação e cidadania dos camponeses, pelos princípios e pela forma de implantação de seus projetos, o que dialoga com a estratégia de superação da histórica condição de subalternidade dos camponeses aos interesses dominantes, o que o coloca na condição de um território camponês conquistado, na esfera do Estado (SANTOS, 2012, p.637).

Sendo assim, é fundamental o conhecimento dos avanços e retrocessos do programa, considerando sua trajetória histórica e o contexto sociopolítico que o PRONERA está inserido. A educação do campo é um processo de constante reflexão, uma experiência educacional inovadora que promove a implementação de padrões contra hegemônicos e a luta por políticas públicas afirmativas para a população camponesa.

*Ando devagar porque já tive pressa E levo esse sorriso. Porque já chorei demais. Hoje me sinto mais forte mais feliz, quem sabe Só levo a certeza de que muito pouco sei ou nada sei*

*Almir Sater*

#### **4. PRONERA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: AS TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA**

Nesse capítulo vamos tratar dos aspectos referentes ao PRONERA dentro do contexto da Universidade Federal de Pelotas e demais atores envolvidos nesse processo de implantação, judicialização e execução.

Na sequência será realizado a explicação dos métodos da pesquisa e suas respectivas análises.

##### **4.1 AS TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA NA UFPEL**

Como um participante ativo dos processos de elaboração e das reivindicações por atender às demandas das populações no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, identificou a necessidade de um curso superior específico, que contemplasse estudos referentes à área de medicina veterinária. Sendo assim, foi construído um projeto pedagógico no qual atendessem às necessidades dos assentamentos, em uma lógica que profissionais das Ciências Agrárias, que possuem uma relação orgânica com movimento, conseguissem prestar assistência técnica necessária para suas demandas.

Nesse sentido é importante frisar que, historicamente, os cursos superiores em universidades públicas, na realidade brasileira, atendem a uma minoria elitizada. A legislação brasileira, destacando o PRONERA e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), são políticas públicas educacionais, que procuram atender uma realidade de populações historicamente excluídas das ações governamentais, e estão produzindo algumas mudanças dessa realidade. No caso particular do curso superior de medicina veterinária podemos perceber que sua formação é para atender demandas de uma elite tradicionalmente das oligarquias rurais. Voltz cita:

O curso de Medicina Veterinária é um curso tradicionalmente voltado para a formação das elites, principalmente na cidade de Pelotas que abrigou a primeira escola de ensino

veterinário do país - a Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas (VOLTZ, 2015, p.47).

No ano de 2005, foram apresentadas a Universidade Federal de Pelotas, a partir das demandas levantadas pelo MST, um projeto especial para implementação de uma turma especial de medicina veterinária respaldado nas diretrizes do PRONERA. Na ocasião, o reitor César Borges acolheu os projetos levando as instâncias para implementação do curso. Nesse contexto houve alguns entraves na condução do processo de implementação das turmas especiais de medicina veterinária. Podemos destacar que o processo apresentou muita resistência ideológica com o colegiado do curso de medicina veterinária e representantes da categoria de classe. Nessa perspectiva também houve uma grande articulação dos movimentos sociais, sendo do movimento sem-terra, de estudantes e movimentos sindicais. As discussões ultrapassaram as esferas administrativas, sendo judicializada. O processo judicial, que tramitou na esfera federal, tinha como argumentação que as turmas especiais de medicina veterinária do PRONERA não respeitavam o princípio constitucional da igualdade de acesso à universidade pública, conduzindo um grupo minoritário ao ingresso dessas atividades didático-pedagógicas.

*O Ministério Público Federal* ajuizou a presente ação civil pública contra a *Universidade Federal de Pelotas* e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA*, visando obter provimento jurisdicional que reconheça a inconstitucionalidade da garantia, para os assentados do programa de reforma agrária do governo federal, de exclusividade de acesso às vagas de curso de Medicina Veterinária a ser implantado em razão de convênio celebrado entre os demandados, bem como da intervenção do INCRA na indicação dos candidatos ao referido curso. Para amparar sua pretensão, asseverou, em suma, que: (a) os demandados celebraram convênio, juntamente com a Fundação Simon Bolívar, de número RS/4330/2006/2006, visando à criação de um Centro de Capacitação de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão suplementar da Ufpel destinado a criar espaço institucional para a formação e capacitação das famílias oriundas dos assentamentos do programa de reforma agrária do governo federal e da agricultura familiar; (b) o convênio prevê a aprovação, pela Ufpel, de programa especial de graduação em Medicina Veterinária, com criação de turma especial de sessenta educandos; (c) as vagas do referido curso serão, consoante previsão do convênio, destinadas, com exclusividade, a estudantes integrantes das famílias assentadas pelo programa de reforma agrária do governo federal, a serem indicados pelo assentamento onde reside, com anuência formal do INCRA; (d) o princípio da isonomia resta violado pela garantia de exclusividade de vagas para os assentados, bem como pelo procedimento de escolha dos trabalhadores rurais que poderão concorrer às vagas oferecidas; (e) o convênio foi formalizado pela administração central da Universidade com violação às suas normas internas, tendo, inclusive, sido rejeitado nos órgãos deliberativos da Faculdade de Medicina Veterinária (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2007.71.10.005035-8/RS).

Mesmo com a celebração e a assinatura do convênio da UFPEL com o INCRA apenas após o trânsito em julgado da sentença, em março de 2010 que houve a possibilidade de continuar com o processo de implantação das turmas<sup>10</sup>.

Valdirene Machado cita:

Evidenciam-se, no decorrer do processo de aprovação da TEMV, divergências entre os próprios órgãos competentes sobre a interpretação do direito. Dessa maneira, também se expressa, nos diversos segmentos da Universidade, elementos diferentes no que diz respeito ao acesso a educação pública (MACHADO, 2013, p.50).

Atualmente a UFPel já realizou 4 processos de seleção para novos educandos sendo que 2 turmas especiais de medicina veterinária já foram formadas e há 2 turmas em processo de formação educacional.

---

<sup>10</sup> A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter as 60 vagas para famílias de assentados no curso de medicina veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O curso faz parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e é resultado de um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Simon Bolívar e a universidade.

No caso, a universidade e o Incra recorreram de decisão que, em antecipação de tutela, suspendeu o processo seletivo dos assentados - que marcaria o início do exercício do convênio, tratado como política de cotas. O ingresso no curso de medicina veterinária da UFPEL, exclusivamente pelas famílias de assentados do Incra, impõe malferimento ao princípio da igualdade no acesso ao ensino, não devendo a universidade pública privilegiar determinadas categorias ou segmentos de categorias profissionais, explicitou a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. No STJ, o relator do processo, ministro Hernam Benjamim, destacou que deve ser respeitada a autonomia universitária, no que diz respeito à possibilidade de criação de cursos por meio de convênios. O objeto do convênio firmado entre a UFPEL e o Incra visa ao cumprimento dos princípios da igualdade de condições ao ensino, do pluralismo de ideias, do respeito à liberdade, do apreço à tolerância, da gestão democrática do ensino e da vinculação entre o ensino, o trabalho e as práticas sociais, afirmou o ministro. Para o relator, a efetividade das políticas públicas não pode ser frustrada mediante decisões pautadas em mera cognição sumária, não podendo o Judiciário intrometer-se em desenvolvimento de programas sociais, sobretudo se ausente manifesta ilegalidade ou situação que exija a excepcionalidade da intervenção.  
<https://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/2207638/stj-mantem-turma-especial-de-medicina-veterinaria-criada-para-filhos-de-assentados>

Figura 1 – Educandos selecionados para a IV TEMV<sup>11</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021

As Turmas Especiais de Medicina Veterinária possuem características próprias e seu projeto pedagógico é diferenciado. Esse diferencial no programa formativo ocorre através da inserção dos educandos na participação de atividades, além das propostas na sala de aula, sendo os tempos educativos organizados e sistematizados para atender os objetivos da proposta do Programa.

## 4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolvimento dessa pesquisa, conforme sinalizado anteriormente, utilizamos uma metodologia crítico-dialética, na perspectiva de processos associados a um pensamento social à tradição marxista.

Em relação ao marco teórico dessa dissertação, podemos destacar que o projeto educativo do MST, respaldado na perspectiva de que o sujeito protagoniza sua história e todas as suas vivências devem ser baseadas em práticas que buscam a igualdade e justiça social, as diretrizes dialéticas marxistas se justificam e entrelaçam com todo o referencial utilizado.

---

<sup>11</sup> Créditos da imagem e reportagem:

<https://sul21.com.br/movimentos/2018/08/ufpel-divulga-selecionados-para-a-4a-turma-especial-de-medicina-veterinaria/>

Sendo assim, a experiência de pesquisa no contexto da universidade com os educandos, que trazem na luta coletiva e a fruição de políticas públicas para a educação do campo o protagonismo de sua história, fazem parte da proposta educativa desse marco teórico assumido, buscando estratégias e alternativas para pensar os processos educativos.

Para a autora Ivanete Boschetti (2018) o método de pesquisa na perspectiva de Marx é baseado em categorias de análise que correspondem a totalidade, contradição e mediação, sendo uma alternativa de decifrar a essência dos fenômenos sociais na sociedade capitalista.

Essa perspectiva é fundante da análise que situa a luta por direitos como mediação na luta pela construção de uma nova sociabilidade que assegure a emancipação humana, mas que não encobre o significado da economia política no Estado Social Capitalista (...) (BOSCHETTI, 2018, p.76).

Nesse sentido a pesquisa pretendeu analisar as conquistas e os retrocessos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária na Universidade Federal de Pelotas, dentro de um contexto de uma sociedade capitalista. Os autores Marconi e Lakatos (2005, p. 100), destacam que, tal abordagem, reflete que as transformações sociais ocorrem com o conflito entre as relações produtivas e as forças de produção na qual se abrem para uma revolução social. A compreensão dialética considera esses processos sociais, sendo que os movimentos sociais camponeses, traduzem as lutas e reivindicações por políticas sociais emancipatórias, principalmente no campo da educação, e nesse caso específico da educação em nível superior. Minayo (2009) cita:

A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições entre certas ações e realizações humanas, e com movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos (MINAYO, 2009, p.24).

Considerando a trajetória de lutas, avanços e retrocessos na educação para o campo da população camponesa, a metodologia adotada está em consonância com as ideias e motivações características desses movimentos, sendo compreendida em todos os seus aspectos. Assim, podemos destacar que o método escolhido proporciona ferramentas para análise do tema.

Para tal fim, destacamos que a abordagem da pesquisa foi uma metodologia qualitativa. Medeiros (2000, p. 40) define que a pesquisa qualitativa é constituída por um estudo de um caso particular, representando um recorte de população específica e os significados que a permeiam. Consoante com essa perspectiva, Minayo (2009, p.21) corrobora que “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações das representações e da



intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente poderá ser traduzido em números e indicadores quantitativos”. Para essa pesquisa também consideramos a perspectiva de Creswell (2010, p.56):

Abordagem qualitativa no qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso ou múltiplos), por meio de coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação e relata uma descrição de caso e temas do caso.

Considerando essa abordagem de pesquisa como um instrumento de visibilidade e produção científica destacamos que foi realizado estudo prévio sobre a disponibilidade de material de apoio e sobre as referências bibliográfica disponíveis. A partir de levantamento teórico sobre a temática PRONERA no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>12</sup> encontramos atualmente 133 publicações com o tema. Apurando sobre a relação das políticas públicas em relação ao PRONERA podemos destacar que 22 publicações abordam essa temática. No caso específico dos alunos da Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, conforme já destacado, há duas dissertações que a abordam.

Destacamos que, além da pesquisa bibliográfica supracitada, também realizamos uma análise documental e audiovisual. Dentre os documentos analisados estão vídeos, documentários, entrevistas, reportagens jornalísticas, resenhas, postagens de redes sociais e *blogs*. Ademais, na coleta de dados também utilizamos documentos específicos referente à turma especial de Medicina Veterinária da UFPEL, tais como projeto do curso, projeto metodológico, processo judicial, materiais dos núcleos de base, atas e relatórios.

Com o intuito de compreender os fenômenos que permeiam o objeto de pesquisa e possibilitando uma coleta de dados que buscasse atingir os objetivos específicos elencados também foi utilizado o instrumento da entrevista.

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa dois ou entre vários interlocutores realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e abordagem pelo entrevistador de temas igualmente pertinentes com vistas a esse objetivo (MINAYO, 2019, p.64).

---

<sup>12</sup> Endereço eletrônico da pesquisa: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Não obstante, a pesquisa foi um estudo de caso, com o intuito de coletar e analisar informações sobre as Turmas Especiais de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas e seus atores envolvidos.

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- (b) Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- e
- c) Explicar as variáveis causas de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p.57).

Nesse estudo de caso exploramos o processo de implantação do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas até o contexto atual, considerando os possíveis avanços e retrocessos dessa política pública, analisando as variáveis desses fenômenos e as situações que afetam diretamente os educandos e os atores e instituições participantes.

Conforme já mencionado, a realização do estudo ocorreu com os educandos das III e I turmas de Medicina Veterinária do PRONERA/ UFPEL. Além dos educandos também realizamos entrevistas com atores da coordenação pedagógica do curso. Foram realizadas o total de 11 (onze) entrevistas, sendo que 12 (doze) pessoas foram convidadas a participar, tendo apenas uma entrevista não concluída, por motivo desconhecido.

Diante do contexto da pandemia do Covid-19 e atendendo as orientações de prevenção, foram realizadas vídeo chamadas através de plataforma online.

A modalidade de entrevista virtual foi um desafio, porém é uma prática de pesquisa viável diante desse panorama pandêmico, sendo uma estratégia pertinente como recurso metodológico para aplicação do questionário através da entrevista.

O debate a seu respeito e as experiências de pesquisa – postergado e evitado na discussão metodológica – estão apenas abertos, em função da situação de isolamento social, de limitação de movimentos, de suspensão de atividades, de transformação das condições de trabalho ensejada pela pandemia da COVID-19 (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2020, p. 14-15).

Aos participantes da pesquisa foi informado, de forma clara e detalhada, os objetivos, a justificativa e os procedimentos da pesquisa, respeitando todos os procedimentos éticos e garantindo a preservação da identidade dos entrevistados.

Também foi solicitado a permissão para divulgação dos dados e resultados obtidos, não havendo nenhuma objeção por parte dos participantes.

Tendo ciência das dificuldades de acesso à internet, foi ofertado a possibilidade de realizar as entrevistas por mais de um dispositivo de contato virtual, tendo como ferramentas disponíveis o *Google Meet*, *Skype*, *Zoom*, *WhatsApp* ou *Messenger Rooms*, sendo que cada entrevistado optou pela ferramenta mais adequada a sua situação.

A análise dos dados foi feita a partir da técnica de análise de conteúdo, evidenciando dados que atendam o objetivo estabelecido pela pesquisa.

Para identificar as respostas, garantindo o anonimato dos respondentes, todas as entrevistas foram numeradas, sendo aplicado um código de identificação. O código será formado pela letra “E” correspondente a entrevista acrescida do respectivo número da entrevista.

### **4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRONERA NA UFPEL: ESTUDO DE CASO DAS TURMAS III E IV DA MEDICINA VETERINÁRIA**

#### **4.3.1 PERCEPÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO CURSO**

Conforme o relato dos entrevistados, todos compartilham a ideia de que a implantação do curso de Medicina Veterinária na Universidade foi um processo complicado, marcado por lutas e reivindicações dos movimentos sociais. O autor Voltz cita:

Os primeiros passos para a criação das TEMV foram a identificação da demanda educacional nas áreas de Reforma Agrária e a elaboração do Projeto Pedagógico. O MST foi quem identificou a necessidade do curso de Medicina Veterinária nos assentamentos e propôs sua criação ao INCRA e à universidade (VOLTZ, 2015, p. 46).

O projeto principal foi um processo de construção coletiva do MST, especificamente pelo setor da educação. Os movimentos sociais da população campesina pautaram o processo de educação como um dos pilares básicos de suas ações, no desenvolvimento de suas práticas e lutas, sendo uma característica evidenciada não somente na literatura, mas no cotidiano desses movimentos.

Podemos evidenciar que há uma discussão histórica sobre a relevância da educação em nível superior do povo campesino, na qual se confunde com as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os projetos discutidos almejavam trabalhar na educação de camponeses, engajados em uma perspectiva de desenvolvimento como a educação popular, principalmente para educação do campo, e que desenvolvesse seus conhecimentos com o modelo de respeito ao meio ambiente, pautado na justiça social e coletividade.

“Aqui na UFPEL as discussões para as nossas turmas começam ainda em 2007 com a primeira turma da medicina veterinária, só que foi um processo de muito enfrentamento da universidade, eu sei que houve uma disputa judicial, a primeira turma foi judicializada e isso acabou atrasando bastante o processo por mais de 1 ano, mas enfim tivemos ingresso da primeira turma e hoje nós estamos com a quarta turma de medicina veterinária (E1).”

No projeto do curso de graduação em Medicina Veterinária em regime de alternância, tendo como proponente a Universidade Federal de Pelotas e concedente o PRONERA – INCRA (abril de 2017)<sup>13</sup>, a pauta principal de justificativa para implantação do curso foi de atender uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo, para sanar problemas ligados a temas de manejos tecnológicos e para a implementação de um modelo produtivo centrado na justiça social, economicamente viável, com equidade de gênero, geracional e com respeito às questões ambientais onde os(as) camponeses(as) fossem sujeitos ativos do processo.

Conforme as entrevistas percebemos que as discussões sobre a necessidade de qualificar assentados, com uma metodologia específica, que valorizasse não somente as demandas mercadológicas, mas considerasse aspectos relativos da educação no campo e a necessidade de profissionais qualificados para atuar nos assentamentos, levou ao diálogo com as instituições de ensino.

No caso específico do curso de Medicina Veterinária, um dos primeiros entraves encontrados foi a abertura para discussão de um curso tradicional e elitista pudesse atender as demandas do povo camponês.

“Sobre o processo de implementação das turmas do PRONERA na UFPEL a gente escuta coisas boas e coisas ruins. Tipo que a turma foi bastante rejeitada a primeira turma, eu conversei bastante com o pessoal dessa primeira turma. Eu vou contar o que eu sei, o que me contaram, que a turma era muito rejeitada no começo no próprio campus da veterinária e até então quem fazia veterinária era, como eu vou te dizer, sendo curto e grosso, eram os filhos dos fazendeiros quem tinha mais condições e eles são totalmente contra, não vou generalizar, mas uns 80 e 90% era totalmente contra o MST e aí sabendo que iria entrar uma turma que tinha vínculo com o MST fizeram até protestos, fizeram um boneco simbolizaram que era alguém e colocaram uma camisa do MST botaram fogo, foi bem forte (E6).”

Os educandos das turmas especiais sofreram e ainda sofrem (mesmo que de maneira velada) os preconceitos de uma elite burguesa que criminaliza os movimentos sociais do campo,

---

<sup>13</sup> Proposta enviada ao INCRA em abril de 2017 para Capacitação técnica, através de Curso de Graduação na área de Medicina Veterinária, de 60 educandos(as), tendo como responsável pelo Projeto: Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Filipe Damé Schuch.

em especial ao MST. A atitude de atear fogo em um boneco que simboliza os estudantes, demonstram a perversidade desse sistema neoliberal excludente, que ao sentir-se ameaçado, reage de forma violenta.

É inegável a necessidade de imposição e demonstração de poder dessa classe dominante, que reproduz atitudes de intimidação contra os movimentos sociais. Salientamos que o direito à educação é um princípio fundamental humano e encontrar estratégias para impedir o seu acesso é reflexo desse sistema capitalista excludente e desigual.

Este panorama também é característico da cidade de Pelotas e conseqüentemente do curso de Medicina Veterinária. Conforme Volts (2015) o primeiro curso de ensino regular veterinário do país foi a Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas inaugurada em 1883. Com grande prestígio e renome, durante a Primeira República, esse curso foi um marco na história da educação de Pelotas, representando o desejo da elite em demonstrar e manter uma imagem na qual projeta Pelotas como uma cidade moderna e contemporânea.

Figura 2 – Prédio do Curso de Medicina Veterinária da UFPel<sup>14</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Segundo o autor Volts (2015) apesar das mudanças acompanhadas em conjunto com a criação da Universidade Federal de Pelotas em 1969, o curso de Medicina Veterinária, continua sendo pioneiro e trabalhando com excelência na educação de discentes, primando pela qualidade do ensino.

Já sob a perspectiva de Machado (2013), por toda a história e qualidade no ensino profissional na área de medicina veterinária, em meados de 2004 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra iniciou as tratativas de propor uma parceria com a Universidade Federal de Pelotas a fim de encaminhar um projeto para implantar as turmas especiais, se adequando as propostas contidas no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Conforme Volts (2015) foram apresentadas a UFPel, em meados de 2005, algumas possibilidades de implantação ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária, sendo todas as propostas com a característica de um caráter técnico e político, de acordo com as diretrizes do MST. O autor cita:

---

<sup>14</sup> Créditos da imagem:  
[https://wp.ufpel.edu.br/veterinaria/files/2014/05/SAM\\_0435.jpg](https://wp.ufpel.edu.br/veterinaria/files/2014/05/SAM_0435.jpg)

Em março de 2006 entrou em cena a Comissão de Educação, cultura, desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para convencer a UFPel a abrigar o curso de Medicina Veterinária (SCHNEID, 2007). Então, foi apresentada a UFPel a segunda versão do projeto da TEMV, que foi aprovada pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE) da UFPel, órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e extensão, com funções consultiva, normativa e deliberativa (VOLTZ, 2015, p. 50).

Após as tramitações burocráticas, em 28 de dezembro de 2006, o reitor em exercício na ocasião, Cesar Borges, assinou o convênio com o INCRA para a implantação do curso, em modalidade especial. Destacamos que o colegiado do Curso de Medicina Veterinária e órgãos representativos da categoria já haviam sinalizado posição contrária a criação do curso.

Nesse cenário de enfrentamento à criação do curso, várias foram as reuniões para discutir a proposta de implantação do projeto, bem como as modalidades de seleção, atividades didáticas e pedagógicas. Concomitantemente houve a articulação de movimentos sociais, comunidade acadêmica, conselhos de categoria profissional e os meios de comunicação acompanhando esse processo.<sup>15</sup>

“A gente tem muito conhecimento disso porque no processo seletivo é falado muito disso para a gente, também, foi um processo muito árduo, bem demorado, até o início da turma demorou bastante, até gente que foi selecionada como demorou muito para começar as aulas essas pessoas desistiram e acabou enfim que foi complicando mais, o processo de implementação foi com muitas barreiras (E3).”

Conforme Volts (2015), apenas em setembro de 2007, que efetivamente foi celebrado o convênio entre a UFPel, a Fundação Simon Bolívar (FSB)<sup>16</sup> e o INCRA, dando continuidade ao processo de implantação das turmas especiais de Medicina Veterinária. Esse processo foi marcado por inúmeros entraves e embates, deixando a discussão em evidência em um cenário nacional.<sup>17</sup>

“Sobre a implantação PRONERA na UFPEL o que posso dizer é que foi um processo de luta dos movimentos sociais para que só então tivesse a 1º turma, e a 1º turma foi responsável por trazer 2º turma e assim por diante (E9).”

A criação do curso e seu primeiro processo de seleção foram tensos. Em dezembro de 2007 os candidatos apresentaram ao INCRA a intenção de participar da seleção, respeitando o

---

<sup>15</sup> TUNES, Gil. Curso paralelo na Vet. Pelotas. Diário Popular. Pelotas. Jul. 2007. Disponível em: [http://srv-net.diariopopular.com.br/19\\_07\\_07/ponto\\_de\\_vista.html](http://srv-net.diariopopular.com.br/19_07_07/ponto_de_vista.html) Acesso em: 02 de jun. de 2015.

<sup>16</sup> Nessa época a Fundação Simon Bolívar era uma instituição de apoio à UFPEL, que atuava em projetos de pesquisa, ensino e extensão junto as propostas da universidade.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre: <https://vermelho.org.br/2007/07/22/ufpel-garante-vagas-para-assentados/>

critério de ser assentado ou filho de assentados. A próxima etapa foi relacionada há um curso de aproximadamente 18 dias de estudos, que contabilizaram 120 horas de atividades nas quais continham provas de conhecimentos relativos às disciplinas de ciências, aspectos sobre agricultura e agroecologia.

Entretanto, ao finalizar o processo de seleção dos candidatos, especificamente em fevereiro de 2008, o Ministério Público Federal de Pelotas ingressou com uma ação civil pública, tendo como objeto da ação a ilegalidade do contrato firmado entre a universidade e o INCRA, alegando que o projeto das Turmas Especiais de Medicina Veterinária do PRONERA era contraditório ao princípio da igualdade, previsto na Constituição Federal de 1988.

“O projeto de implantação foi realmente um processo, não só um processo judicial, mas um processo de aceitação, processo de rupturas (E2).”

O acesso à educação é um direito humano fundamental e o fato de judicializar esse direito demonstra a necessidade de reflexão sobre essa questão. O questionamento é que o ordenamento jurídico deve ser um instrumento para a fruição dos direitos sociais do cidadão e as instituições que o compõem deve garantir o acesso aos sistemas educacionais, e não ser um entrave para o seu exercício.

Sendo assim, além das dificuldades enfrentadas para garantir políticas públicas para a população campesina e todo os desgastes decorrente da implementação das turmas especiais de Medicina Veterinária, tal processo judicial culminou como um dos maiores entraves para a fruição desse direito aos assentados e seus filhos.

Ainda é expressiva as dificuldades de acesso às políticas de educação do trabalhador do campo. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Rural<sup>18</sup>, no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2014, existiam apenas 1797 pessoas com ensino médio completo nos assentamentos gaúchos, ou seja, apenas 6% da população assentada. Com base nessa porcentagem podemos refletir que apenas uma parcela menor consegue ter acesso ao ensino superior, com inúmeras dificuldades de acesso e permanência.

Tão importante quanto os resultados quantitativos é o significado do Programa como política pública conquistada pelos movimentos sociais, ainda que num ambiente de adversidade. É inegável a dimensão do Pronera como espaço desta interseção entre o Estado, as instituições de ensino e os movimentos sociais, especialmente entre estes

---

<sup>18</sup> O SIGRA é um sistema informatizado do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), construído pela Universidade Federal de Santa Maria mediante o termo de cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e executado, atualmente, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



dois últimos, pois aproxima e faz o encontro entre dois mundos historicamente apartados, dado que os processos de formação humana costumam ser apartados dos processos de trabalho (SANTOS, 2012, p. 635).

Os relatos demonstram as dificuldades enfrentadas em ter acesso a uma política pública, a qual tem um aparato jurídico operacional que a respalde, porém entra em confronto com os interesses de uma elite dominante. As ameaças são constantes e nem mesmo o respaldo estabelecido na legislação garante o exercício desse direito à educação para a população oriunda da reforma agrária.

“Eu percebo que assim a nossa turma, as pessoas que têm capacidade de ingressar numa universidade federal eram poucos muito poucos mesmo, É a questão do conhecimento a dedicação enfim todo um histórico passado de condições de estudar, como no meu caso ficar migrando de acampamento para outro, então o conhecimento era bem inferior, a vontade de estudar o interesse para chegar ao patamar de conseguir tirar notas boas nas condições e no Brasil aqui, eu tenho muita dedicação de fato mas também as condições de trabalhar e ter que ajudar os pais no campo são coisas que no momento a gente vai deixando, tinha sonho de fazer faculdade mas na prática cada vez menos estudava que era complicado (E10).”

No decorrer desse processo judicial, várias foram as manifestações e discussões em defesa da implementação da Turma Especial de Medicina Veterinária e do PRONERA. Além do MST, outros movimentos sociais e importantes líderes políticos, provocavam a discussão da resolução desse impasse, para que de fato, o projeto retomasse suas atividades.

Enfim, o Superior Tribunal de Justiça, em maio de 2010, proferiu a decisão de respeitar o convênio firmado entre a Universidade Federal de Pelotas e o INCRA e manter a criação de turmas especiais de Medicina Veterinária para as famílias de assentados. O ministro relator, Herman Benjamin, ressaltou autonomia universitária como premissa para firmar convênios e que o poder judiciário não deve se intrometer no desenvolvimento de programas sociais.<sup>19</sup>

Em vista disso, foi realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas na proposta pedagógica, e em fevereiro de 2011, iniciou as aulas da primeira turma especial de medicina veterinária, tendo como previsão para encerramento do curso em dezembro de 2015.<sup>20</sup>

Em síntese, o processo para a criação das turmas especiais foi marcado por inúmeros conflitos. Mesmo tendo a justificativa da necessidade de profissionais específicos para atuar nas áreas de reforma agrária, a elaboração do curso, assinatura do convênio que viabilizasse

---

<sup>19</sup><https://www.conjur.com.br/2010-mai-27/universidade-firmar-convenio-criacao-curso-assentados>

<sup>20</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/primeira-turma-para-assentados-se-forma-em-veterinaria-na-ufpel-cj5w658d91d1lxbj08w71bi7h.html>

esse projeto, ainda foi preciso garantir judicialmente a efetivação desse direito social. Tal percurso evidencia a dificuldade de acesso ao ensino superior da população campesina.

Figura 3–Aula inaugural da I TEMV <sup>21</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A educação superior é um recurso elitizado na sociedade brasileira, em consequência disso, percebe-se que há uma minoria populacional que possui condições de ingressar aos meios acadêmicos.

“A implantação e efetivação das turmas no início foi um processo um tanto conturbado pela não aceitação de estudantes do MST e demais movimentos populares na universidade e preconceito por parte da comunidade acadêmica, com o decorrer do tempo houve o reconhecimento através do desempenho e organização das turmas possibilitando a implantação de novas turmas especiais na universidade (E7).”

A negação de direitos à população do campo ainda é presente na sociedade brasileira. Evidenciamos que existe uma histórica luta de reivindicações não somente pelo direito à terra,

---

<sup>21</sup> Créditos da foto:

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/04/curso-de-veterinaria-para-alunos-de-assentamentos-e-inaugurado-no-rs.html>

e sim por políticas públicas pautadas por justiça social, uma economia sustentável respeitando as questões socioambientais, com práticas compensatórias, visando a equidade social. O processo educativo é traduzido pela identidade desses sujeitos, nas suas lutas e reivindicações, almejando constante transformação e mudanças.

#### 4.3.2 PROCESSO DE SELEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Diante de todos os entraves elencados para a efetivação do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas os processos seletivos posteriores a primeira turma foram, de certa maneira, transcorridos de forma mais tranquila. Destacamos que todas as turmas são organizadas a partir de convênios estabelecidos entre a UFPEL e o INCRA.

“Essas turmas funcionam por projetos, o que significa isso: cada turma tem que ser aprovada pelo INCRA e ela é institucionalizada a partir de um acordo entre o INCRA e a universidade. Isso é importante por que são nesses acordos, a partir dos planos de trabalho, que vão ser estabelecidos toda as metas: a questão do financiamento, pois assim a universidade cabe garantir a infraestrutura, ou seja, condições de moradia, por exemplo e especialmente todas as condições de estudo, então sala de aula, corpo docente, essas estruturas que estão mais vinculadas às atividades educativas, enquanto ao INCRA cabe o financiar os custos de alimentação, de transporte, de recursos humanos (E2).”

No início houve um período de adaptação entre o colegiado da faculdade com a organização da metodologia que rege as turmas. Sendo assim, a ITEMV estava vinculada a Coordenadoria de Graduação, e depois de muitas tratativas o colegiado do curso de Medicina Veterinária assumiu as turmas.

Os processos seletivos das turmas geralmente ocorrem no período entre dois anos. Atualmente a universidade tem duas turmas matriculadas, sendo a III TEMV e IV TEMV, com ingresso em 2016<sup>22</sup> e 2018<sup>23</sup>, respectivamente.

“Então, assim estamos hoje com a quarta turma. Geralmente elas têm o intervalo de 2 anos entre uma outra e isso se dá também pelas próprias condições que nós temos de hospedagem, de manutenção dessas turmas dentro da universidade, então nós temos a turma 3, que ela entrou no ano no oitavo semestre, e nós temos uma turma mais recente que a turma 4, que está entrando no quinto semestre agora (E1).”

---

<sup>22</sup>[http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/vested0033\\_2016/](http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/vested0033_2016/)

<sup>23</sup>[http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/vested0011\\_2018/](http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/vested0011_2018/)

Figura 4 – Seleccionados da III TEMV<sup>24</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

As dificuldades de acesso ao ensino superior, bem como o seu ingresso estão presentes nas famílias de assentados e de seus filhos. No caso do curso especial de Medicina Veterinária da UFPel os educandos acompanhavam os processos seletivos através do MST, nutrindo o desejo de participar do programa.

“Como filho de acampada já sabia do programa, E que nele havia cursos específicos para atender a população camponesa, e como já havia interesse em cursar medicina veterinária foi a realização de um sonho (E4).”

Como já mencionado, as vagas criadas pelo programa não conseguem atender a demanda das famílias assentadas. A autora Valdirene Machado (2013) ressalta que apesar das

<sup>24</sup> Créditos da Imagem: [https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2016/09/DSC\\_9121.jpg](https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2016/09/DSC_9121.jpg)

turmas serem vinculadas diretamente a UFPel, o método pedagógico considera a experiência educativa definida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trazendo grande expectativa aos educandos.

“Eu já sabia sobre o curso, já era vinculada ao MST, tinha noção da importância que o curso tinha para a organização, para formação pessoal dos militantes e dos jovens que estão no campo e sempre foi o meu sonho fazer medicina veterinária. Já havia feito um curso técnico antes e sempre quis fazer veterinária, eu tentei na pública pois não havia processo seletivo quando terminei o ensino médio e acabei não passando com a nota do Enem e logo após abriu as inscrições para as turmas especiais e eu consegui me inscrever e participar dos processos seletivos (E5).”

Nesse sentido, os depoimentos demonstram que uma política afirmativa específica para a população camponesa foi fundamental para o ingresso na universidade, pois as dificuldades, especificamente de acesso e financeiras, impedem a capacitação dos jovens camponeses.

“Eu fiz um curso técnico pelo movimento, e a partir disso veio essa vontade de morar no campo e mexer com leite, enfim até depois surgiu uma cooperativa, uma agroindústria e a vontade, necessidade então de estudar sempre foi de fazer veterinária, e sabia que tinha surgido a primeira turma, até uma colega minha do meu curso técnico participou da primeira turma tinha vontade de ir mas não fui porque não tinha finalizado o curso técnico, a segunda turma me inscrevi mas por questões financeiras não fui, então só consegui me engajar na terceira turma pelo PRONERA, que sem dúvida, porque se não fosse pelo PRONERA, pelo suporte, não tinha realizado o sonho de fazer faculdade (E6).”

Alguns relatos demonstram que os participantes tinham o desejo de ingressar no ensino superior, especificamente no curso de Medicina Veterinária, com o intuito de garantir melhores condições da vida no campo, tendo uma realidade próxima a vivenciada dentro de sua realidade nos assentamentos.

“Sempre quis cursar uma faculdade, apesar de não ter muitas perspectivas morando no campo e por ser pouco incentivado a continuidade dos estudos para nós camponeses em geral. Porém sempre contei com o apoio da minha mãe, após um ano de conclusão do ensino médio surgiu a oportunidade de cursar medicina veterinária pelo PRONERA na UFPel e dessa forma pude dar sequência aos meus estudos (E10).”

A metodologia do curso, como já mencionado, está vinculada com a identidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De acordo com Machado (2013) a dinâmica de autogestão e de coletividade é o pilar da organização dos grupos, sendo uma metodologia de ensino pautada em um “Tempo Escola”, no qual os educandos permanecem no espaço da universidade, cursando as disciplinas correspondentes ao currículo do curso e demais estudos complementários. O outro período se divide em um “Tempo Comunidade”, em que retomam

aos seus assentamentos, com atividades dirigidas e vivenciando o conhecimento teórico com a realidade de sua comunidade.

“Meu pai começou no movimento dos trabalhadores sem Terra na década de 90. Ele atuava mobilizando as pessoas para quem quisesse participar do movimento e direcionar aos acampamentos, era tipo um dirigente.

Eu tinha 7 anos quando fui morar em um assentamento de fato. Então que eu vivo num assentamento participei muito das comunidades e grupos de juventudes do MST. Quando eu tinha uns 17 anos eu ouvi falar que já havia a primeira turma de medicina veterinária na universidade. Quando eu fiz 18 anos abriu a seleção para a segunda turma. Só que eu não passei na segunda fase da seleção. Como não deu certo eu ingressei em uma turma de agroecologia pelo MST, vinculado com o IFSul.

Quando saiu a terceira turma eu fui focado e sabia o que eu queria e desde então estou nessa turma (“E7”).”

Enfatizando sobre a organização das turmas, Machado (2013) cita:

Para uma melhor organização de todas as atividades é que a Turma também se organiza em grupos, compondo os núcleos de base. Cada grupo tem uma coordenação que, por sua vez, compõe a coordenação dos núcleos de base da turma – CNBT. Os núcleos de base é o espaço em que todos os estudantes podem discutir, desde as questões centrais do curso, em todos os seus aspectos, como o desempenho acadêmico, avaliação dos professores e sua metodologia de trabalho, até questões da convivência como, por exemplo, problemas de saúde e ausências nos tempos educativos, e outros problemas pessoais que as pessoas possam ter.

Essa maneira de organizar a Turma também busca efetivar os princípios da educação propostos pelo MST. Nessa perspectiva, todos os envolvidos são convocados a fazerem parte da chamada ‘coletividade educativa’, que é composta pela Turma, a coordenação pedagógica e também a coordenação colegiada. Bem como a coletividade maior, o próprio MST. Cada uma dessas instâncias possui um grau de responsabilidade sobre o processo educativo e o fluxo de informação entre elas precisa ocorrer para que a dinâmica proposta se efetive (MACHADO, 2013, p. 51).

Os processos seletivos para as turmas disponibilizam 60 vagas. Atualmente há 103 educandos inscritos nas turmas. O projeto do curso prevê 10 etapas que correspondem no mínimo de 5 anos. Em virtude da pandemia COVID-19, o calendário acadêmico da universidade foi alterado, respeitando as medidas sanitárias em relação ao vírus<sup>25</sup>. Sendo assim, o período de conclusão foi modificado, bem como algumas metodologias de ensino. Nesse momento, a oferta das disciplinas são realizadas na modalidade à distância, tendo uma previsão de retorno há um sistema híbrido de ensino, e quando houver medidas de segurança para a comunidade acadêmica, o ensino retornará aos modelos presenciais.

---

<sup>25</sup> Boletins de atualização sobre as medidas do COVID 19 na UFPEL são disponibilizados: <https://wp.ufpel.edu.br/covid19/>

Em relação ao método do curso, a autora Machado (2013) explica que seu objetivo é pelo envolvimento de todas as pessoas nos processos de estudo, trabalho, gestão e convivência da coletividade, na relação com as práticas formativas desenvolvidas nos tempos e espaços.

Tal dinâmica de organização também é expressa nos relatos das entrevistas:

“(…)Agora voltando aos núcleos de base, temos o núcleo de base de estudo e de trabalho, como é que funciona: a gestão desses núcleos é feita pela coordenação pedagógica, as turmas elas são divididas em núcleos de base, tem uma divisão por gênero, e esses núcleos de base eles são responsáveis por toda a organização do espaço, então por exemplo, tarefas de limpeza, tarefas de organização do espaço, de organização da alimentação, por exemplo, aí chega o carrinho lá que leva a alimentação do RU para Palma, de manhã, aqui tem um núcleo de base que vai ser responsável cada dia por organizar os espaços do café, por fazer a limpeza, então assim esses núcleos de base eles são responsáveis tanto pelos espaços, mas é por essas tarefas mais cotidianas da limpeza, da organização, como também das tarefas de estudo. Então, cada núcleo de base tem uma coordenação, e também há frequentemente a reunião com os coordenadores dos núcleos de base, e esses coordenadores dos núcleos de base eles fazem relatos, não é sobre como é que está a situação de cada núcleo, e aí a situação eu estou falando tanto em relação ao cumprimento das tarefas, mas também em situações de estudo (E3).”

As aulas se concentram no Campus Capão do Leão, na Faculdade de Medicina Veterinária. As turmas especiais têm aulas próprias, mesmo que as disciplinas sejam as mesmas do curso regular, compartilhando apenas salas de aula e laboratórios.

Figura 5 – Alojamento dos educandos na AABB – UFPe1<sup>26</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Os educandos iniciaram o curso morando em alojamento em um prédio da universidade na Rua Alberto Rosa nº 580, antiga AABB (Associação Atlética Banco do Brasil). Tendo transporte específico para as suas aulas, o restante da organização ficava sob a responsabilidade dos educandos.

“Os núcleos fazem parte do método pedagógico, as turmas se organizam dessa parte desse que prevê núcleos de base, grupos de estudo, equipes de trabalho, então uma turma de 60 dos educandos a gente divide em 6 núcleos de base, que vão dar conta da parte estrutural, da organização, tipo do estudo, da limpeza, da organização da casa (E2).”

Segundo Volts (2015) o espaço alojou educandos das turmas especiais e, embora houvesse a necessidade de uma constante modificação e melhoria, não foi planejado para a convivência coletiva. O referido autor destaca:

“Apesar disso, os estudantes passaram a criar seus próprios métodos para se organizarem internamente, como o estudo individual, o estudo por afinidade e os

---

<sup>26</sup> Créditos da imagem:

<http://adufpel.org.br/site/noticias/alojamento-estudantil-precariedade-nada-provisoria>



grupos de monitorias para a superação das dificuldades de aprendizado (VOLTZ, 2015, p.65).”

Conforme já destacado os educandos ainda sofrem grande resistência e muitas vezes são alvos de ataques por alguns grupos ou indivíduos, tentando desqualificar as turmas especiais. Um exemplo foi fato ocorrido em maio de 2019, onde algumas pessoas entraram no prédio da AABB e fizeram filmagens sobre as condições de moradia e as instalações, a fim de infamar os educandos e desqualificar as TEMV, bem como o movimento.

“Fizeram um vídeo sobre a AABB, a turma acabou ficando muito exposta, o ano de 2019 foi muito difícil, aquele momento muito tenso que a gente viveu, situação bem delicada (E3).”

Após esse período conturbado os educandos foram transferidos para a localidade do Centro Agropecuário da Palma<sup>27</sup>, que fica às margens da BR 116, mais precisamente no quilômetro 537, possuindo uma entrada secundária pela estrada do Pavão no Capão do Leão. Em instalações de antigos funcionários da universidade, os educandos se alojaram e sua realidade foi alterada.

---

<sup>27</sup><https://wp.ufpel.edu.br/cap/localizacao/>

Figura 6 – Centro Agropecuário da Palma<sup>28</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Em meio a aspectos positivos e negativos, eles saíram do ambiente urbano e começaram a habitar em uma localidade rural. Sobre a organização dos Núcleos de Base eles relatam que houve poucas mudanças.

“O nosso cotidiano assim tem uma organização de cerrada, vou falar o que a gente faz durante o dia tem equipes que fazem o café da manhã, por exemplo, a gente vai tomar café e vai para a faculdade, a gente mora na Palma agora, às vezes o ônibus da faculdade entra para pegar a gente, às vezes a gente caminha até embaixo, e vai para a faculdade, e fico o dia inteiro lá, tem aula até o meio-dia às vezes tem aula à tarde na Palma, aula prática ou alguma coisa assim, mas geralmente a gente fica o dia inteiro lá (E7).”

Apesar de passarem por um período de transição, com a mudança de local de moradia, pouco foi alterado na rotina, principalmente a organização decorrente dos Núcleos de Base e a disciplinada rotina de estudos.

---

<sup>28</sup> Créditos da imagem:  
<https://wp.ufpel.edu.br/cap/files/2015/07/Imagem1.jpg>

“As TEMV’S são divididas em NB’s (núcleos de base), cada NB se responsabiliza por seus membros (por observar como cada pessoa cada está se saindo, se estão cumprindo com as tarefas, como estão de notas etc.) em relação aos estudos são formados grupo de estudos, principalmente para aquelas pessoas que tem muita dificuldade nas disciplinas (E3).”

Os educandos são organizados em coletivos, que seguindo os mesmos princípios do MST, tem como prioridade a organização e a coletividade.

Primeiro, são escolhidos, em plenária, um educando e uma educanda para a Coordenação da Turma. Depois, os educandos são organizados em Núcleos de Base (NB). Cada NB escolhe um educando e uma educanda para compor a coordenação e um relator(a). A escolha dos coordenadores é orientada pela ideia de movimento e aprendizado no processo. Por isso, o grupo escolhe um educando com mais experiência e outro com menos experiência para compor a coordenação do núcleo, para que possam dialogar. Também são escolhidos dois educandos (um homem e uma mulher) de cada turma especial para compor a coordenação geral da TEMV. Os coordenadores dos núcleos de base das Turmas, os coordenadores das turmas e o CAPP compõem a Coordenação dos Núcleos de Base das Duas Turmas. Cada NB escolhe um de seus integrantes para fazer parte das equipes de trabalho. As equipes de trabalho de cada uma das duas turmas especiais de Medicina Veterinária são: de disciplina, de cultura e comunicação, de memória, de monitoria, de lavanderia e de postos fixos. Cada equipe elege um coordenador para participar da reunião da coordenação dos núcleos de base da turma (VOLTZ, 2015, p.68).

Para a efetivação dessa dinâmica é necessário ressaltar que uma estrutura mínima para a organização desse processo deve ser contemplada por todos os atores participantes. Para a maioria dos educandos inseridos na dinâmica de convivência do MST, a organização dos núcleos de base e das turmas são condições favoráveis para a permanência e o êxito no período dos estudos.

Figura 7 – Educandos em atividade na AABB<sup>29</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Essa articulação faz parte da tentativa de o projeto pedagógico das turmas especiais estar alinhado como a futura prática profissional que serão desempenhadas em seus locais de origem. Portanto, as vivências e práticas cotidianas dentro do contexto universitário estão entrelaçadas com as histórias de vidas dos educandos, principalmente na realidade da população campesina.

#### 4.3.3 METODOLOGIA DO PRONERA NA TEMV

O método pedagógico das turmas especiais de Medicina Veterinária é, segundo Volts (2015), uma sistematização do que o MST vem produzindo desde a sua fundação e orienta ser o caminho seguido pelos sujeitos, construindo assim a educação do campo. Tal método deve ser uma orientação, e não um manual rígido inflexível, respeitando as condições subjetivas dos sujeitos, bem como o momento no qual estão vivenciando. Outro ponto a destacar é a

---

<sup>29</sup> Créditos da imagem:

<https://wp.ufpel.edu.br/empauta/educacao-no-campo-um-projeto-de-inclusao/>

priorização das especificidades de cada educando em seu processo de aprendizagem, tanto na academia, como nos seus outros espaços de convivência.

“Sobre métodos pedagógicos como eu já disse que eu tinha questão técnica já tinha participado de uma atividade do movimento, aonde sempre tento utilizar o método pedagógico de envolver as pessoas e tentar resolver como coletivo, e de estudar e de resolver problemas e tentar achar soluções, enfim e debater entender como o sujeito protagonista do movimento a situação, enfim para dentro do nosso espaço é importante e fundamental para garantir que permaneça conseguir resolver os problemas e avançar e formar pessoas, não só veterinários mas também formar pessoas com ideologias críticas, com uma percepção do mundo, tentar nos colocar também como sujeitos e avançar (E7).”

Cada projeto metodológico, tem uma dinâmica, bem como as atividades dos educandos. Toda a sistematização das atividades é uma construção coletiva, que envolve não apenas os educandos, mas sim as coordenações pedagógicas, colegiados e outros órgãos que fazem parte desse universo.

“O método pedagógico utilizado eu acho que é tranquilo eu acho um método bom, um método que eu acho que a gente consegue acompanhar, pois é um método muito parecido com os da universidade, a gente vai se encaixando se modelando, então eu acho que é bem tranquilo. a gente consegue se organizar enquanto turma pois a gente é uma organização muito boa, internamente a gente consegue dar conta de método pedagógico que a universidade coloca e a gente vai concordando enfim as instâncias maiores vão concordando e a gente vai conseguindo acompanhar (E4).”

Os educandos, como já mencionado, participam desse processo, e no primeiro momento a nova rotina acadêmica, bem como a sua fase adaptação, geram apreensão com as expectativas criadas por eles.

“O desenvolvimento das aulas no primeiro momento é meio assustador, eu não senti tanto pois vinha do IF que tem uma estrutura, mas em um primeiro momento sendo aluno de uma turma especial é um primeiro choque com a universidade, com as aulas, enfim é outra realidade e assim a gente vai indo, mas assim foi bem tranquilo pelo menos para mim, os professores foram bem receptivos, com nenhum tipo de preconceito com a gente, então foi bem tranquilo (E5).”

Cada percepção dos educandos é particular, mas nas entrevistas podemos destacar que é unânime a dedicação pela rotina de estudos. A importância do curso para a vida deles, e o quanto apreciam as aulas e as atividades extracurriculares, foram relatadas certificando a importância desse momento em suas vidas.

“Quanto aos tempos extracurriculares contamos com o tempo estudo (monitorias, ter a ter, estudos em grupos ou em duplas), que tem por objetivo a turma poder se ajudar enquanto colegas e companheiros para que o máximo de nós possa concluir o curso,

tempo trabalho onde realizamos nossas tarefas do cotidiano como limpeza e organização do espaço e autogestão onde podemos nos reunir e discutir sobre a nossa coletividade e organicidade. Todos estes tempos cada qual com seus objetivos são de extrema importância pois, contribuem com a nossa formação enquanto seres humanos melhores que pensa no que é melhor para o coletivo (E8).”

Os espaços que eles compartilham e as discussões sobre os estudos, trabalhos, atividades extracurriculares, seus medos e anseios fazem parte da identidade das turmas especiais. No relato dos entrevistados, as avaliações é que há um sentimento de unidade, de que todos consigam a aprovação e êxito no curso.

“Na minha avaliação o curso foge um pouco da lógica de organização dos cursos formais, porém de uma forma organizativa através do movimentos sem-terra (MST), onde todos os educandos se encaixa na forma de organização, desde tempos trabalhos, grupos de estudos, formas de convivência, capp, grupos de nbs( núcleo de base), etc. As aulas e disciplinas são organizadas de forma que todos conseguem ter um desenvolvimento positivo, que não pese para as turmas, tendo em vista que não temos a opção de refazer as matérias. Porém os métodos utilizados estão tendo resultados positivos, mas com certeza vamos se aprimorando e se adaptando a cada realidade que a conjuntura atual nos coloca (E9).”

Sobre o aspecto da aprovação, os educandos sentem grande responsabilidade, pois diferente do curso regular de Medicina Veterinária, não existe a possibilidade de repetir uma disciplina na qual o rendimento não foi de aprovação, pois como já exposto as turmas ocorrem por projetos e as TEMV não realizam disciplinas com outras turmas.

“Você não pode imaginar o quanto a gente estuda, a gente estuda muito, o tempo que tu imaginar a gente está estudando, pois tem o caráter da gente não poder reprovar, é isso que entra no método pedagógico que eu acho que eu se pudesse mudar mudaria, a gente não pode reprovar em nenhuma cadeira, a gente perde todo o curso, então a gente estuda muito, a gente tem notas boas, e às vezes, a gente não consegue, enfim é frustrante, mas o tempo que a gente tem livre a gente está estudando, a gente tem a tarefas internas, que é a limpeza das coisas do coletivo, e a gente vai se ajudando limpeza das nossas casas, que a gente mora em casas em quartos, e a maioria do tempo que a gente tem livre a gente está estudando, se tu chega a tempo de prova às 03h00min da madrugada nós estamos estudando, a nossa rotina de estudos é muito focada é muito puxada tem equipes que pensam no estudo equipe de monitoria pensam nas equipes que vão estudar, os grupos para não deixar ninguém estudando sozinho, que a gente sabe que as verdades dos conteúdos nem sempre são verdadeiras e temos que atingir notas boas enfim tem equipes que pensam isso e dedicamos 90% do tempo quando não estamos na aula a gente está estudando e fazendo as nossas tarefas (E7).”

A responsabilidade sobre a aprovação é um aspecto fundamental para todos os atores envolvidos, pois o estudante tem um cronograma específico de disciplinas que necessita cursar, não sendo possível ter alteração desse cronograma. Para os educandos a reprovação é a exclusão da possibilidade de conclusão do curso, além disso, de proporcionar melhores condições de vida para sua comunidade nos assentamentos que são vinculados.

A preocupação dos estudantes em relação a aprovação é um aspecto que deve ter uma atenção especial, pois essa disposição característica do curso é um ponto prejudicial no processo de ensino. A reprovação faz parte dos aspectos que envolvem o aprendizado, sendo parte de um contexto de sua trajetória, tanto estudantil, como de vida. Privar ou limitar a possibilidade de reprovação é uma maneira de cercear o direito dos estudantes no seu processo educativo.

“Isso é uma coisa bem delicada para nós assim tanto, que se instituiu o segundo exame, tu sabe que na universidade aqui na UFPEL tu tem que faz as provas, tem as notas e tem o exame, foi instituído como uma segunda possibilidade um segundo exame, então isso o educando chega ao fim não consegue passar no semestre, não consegue passar no exame, ele tem a oportunidade de fazer um segundo exame, ele vai ter um tempo de estudo, que também vai ser mediado pelo pela coordenação pedagógica, pelos núcleos de base, e ele pode fazer um segundo exame por que não pode reprovar por que como os cursos eles operam por projetos do PRONERA e o no seu manual ele tem um regulamento que os estudantes do PRONERA não podem cursar, fazer um curso regular e vice-versa, ou seja, os nossos educandos não podem fazer uma disciplina no curso de veterinária.”

Segundo esse regulamento do plano temos um problema, se o nosso educando da segunda, terceira turma, por exemplo, reprova na disciplina, esta disciplina só vai ser oferecida de novo no PRONERA provavelmente daqui a 2 anos e meio, que é o tempo do intervalo entre uma turma em outra. Então isso coloca uma série de dificuldades para a gente, porque a reprovação ela significa a exclusão, o que é uma coisa que a gente enfim, tenho pensado bastante, a gente gostaria realmente de mudar isso, então assim essas tarefas do estudo elas são muito caras, existe uma organização muito específica dos tempos de estudo, e os núcleos de base são fundamentais para essa organização, claro e aí tu tem também os estudos, as atividades de formação política, por exemplo, a gente organiza seminários sobre questão de gênero, sobre conjuntura política, seminário sobre racismo, vários temas que dizem respeito, também mais a essa informação ao cidadão essa formação política dos educandos (E1).

A negativa do cumprimento das metas do projeto pedagógico também deixa os educandos em uma posição de reafirmação constante de sua vaga, na qual foi arduamente conquistada, com tantas lutas, batalhas, inclusive judiciais. Cada semestre é um desafio para garantir a permanência na universidade. Esse quesito é apontado como maior fator de preocupação pois reflete o empenho e o quanto encaram as responsabilidades do curso com seriedade.

Figura 8 – Alojamento AABB<sup>30</sup>



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Nesse modelo de estudo, os frutos são evidentes, tanto que as maiores médias do curso de Medicina Veterinária, são as dos alunos das turmas especiais além de apresentarem os menores índices de reprovação.

“O rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos dos cursos em que estão matriculados é realizado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A Turma Especial de Medicina Veterinária da UFPel alcançou a nota quatro no conceito do curso no ENADE de 2015.

Os alunos das turmas especiais alcançaram nota quatro no Conceito do Curso no ENADE de 2015 e têm conquistado boas notas. Por isso, têm alterado a visão de pessoas que eram contrárias à realização do curso. “A comunidade acadêmica e a local, aos poucos, têm percebido que existem outros conhecimentos, modos de pensar, de viver e de agir, enfim, outras realidades além da deles (VOLTZ, 2015, p.75-76).”

Existe um debate constante de aprimoramento da metodologia implantada, mas ressaltamos que os projetos das turmas ainda são relativamente recentes, necessitando de constante avaliação e discussão para adaptar com os desafios e demandas que são apresentadas

---

<sup>30</sup> Créditos da Imagem:

<http://adufpel.org.br/site/noticias/alojamento-estudantil-precariedade-nada-provisoria>



durante esse processo.

#### 4.3.4 IMPORTÂNCIA DO PRONERA NA UFPEL

A implantação das Turmas Especiais de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, através do PRONERA, foi um marco não somente na luta do direito à educação do campo para a população campestre, mas para a dinâmica dessa instituição de ensino.

Todo o processo de implantação, judicialização e execução das turmas refletiu em diversos segmentos da universidade. A nova metodologia apresentada, que caracteriza as turmas especiais, tendo uma didática e organização própria, possibilitou o debate para uma melhor compreensão dessa nova experiência educativa, única e particular dentre as propostas de ensino da UFPel.

Além disso, a presença de alunos vinculados com os movimentos sociais campestres, também repercutiu no protagonismo e na importância de políticas públicas educacionais que atendam suas especificidades, dentro de todo o contexto da comunidade acadêmica.

“Sobre o nosso papel na transição e na transformação da UFPEL, eu acho que é nítido, assim primeiro é quebrar paradigmas porque a gente é visto internamente, sei lá, 60% da população como vagabundo, enfim várias coisas que tu deve saber também, as pessoas falam, e na UFPEL não é diferente, eu não digo a universidade em si, como instituição mas os alunos, que a compõem enfim e as classes que eles estão, não que a gente vai mudar o pensamento dessas pessoas, as pessoas que não querem mudar não vão mudar, mas dá para pegar experiências por exemplo a primeira turma e a que a gente tem agora, pra mim isso já é uma transformação, por que a primeira turma sofria muito, com discriminação, e tal e brigas, enfim coisas que já haviam acontecido e coisas que a gente não sofre agora as pessoas começaram ou aceitar a gente ou compreender então para mim isso já é uma transformação. (E5).”

Os educandos, nas entrevistas, relataram as dificuldades que seus colegas, principalmente os educandos das primeiras turmas, tiveram nesse contexto universitário. O estigma e a expectativa da primeira turma, além do enfrentamento de um processo de espera e judicialização, foram entraves que dificultaram a vida acadêmica desses educandos. Atualmente as turmas têm outras interações e as relações são mais tranquilas, mesmo havendo muitas cobranças de vários atores que compõem esse processo.

De um modo geral, desde que a primeira turma entrou já houve uma mudança, seja de rejeição seja de afinidade com os professores, seja de alguns professores que tinham medo do movimento e foram conhecendo os educandos e foram entendendo o que era o projeto, os professores que quiseram se aproximar conhecer o movimento, pessoas que não tinham afinidade não queriam se distanciaram, que são coisas do cotidiano. Na nossa turma o que nos cabe, e nas próximas também, eu acho que é um papel fundamental porém eu vejo que cada vez mais temos problemas de organicidade

interna, no respeito que deveríamos ter mais compromisso, que as turmas, que às vezes não somos perfeitos, e nessas brechas que nós pecamos e internamente são armas que os professores nos atacam e nos criticam, enfim nós tínhamos o debate de ser presente nas aulas, querer demonstrar é uma oportunidade única e não devemos faltar às aulas. É isso que faz mudar a presença, o interesse, a educação, a disciplina (“E7”).”

No que diz respeito as cobranças, podemos destacar que os educandos ainda percebem que há uma expectativa em relação as suas atitudes, nas quais não se restringe apenas as questões relativas aos estudos, mas também aos posicionamentos políticos.

“Acho que politicamente ainda tem muito embate isso ainda não foi conseguido mudar muito o pensamento de todos, eles acham que o que nós fizemos é contra eles mas tem gente que encara e vem com a gente como eu vou dizer compartilha a nossa causa que é uma causa de todos ainda mais nesse momento que a gente está vivendo que umas pessoas estão percebendo e outros continuam que não mas eu acho que a gente consegue não do jeito que a gente gostaria mas ter um pouco de resistência ainda.

Eu penso ainda no ponto de vista do estudo as nossas turmas fizeram bem para o curso de veterinária tanto elevando a questão da média, querendo ou não a nossas turmas tem as melhores médias se compararam com as outras turmas e isso deixa o curso mais enriquecido (E11).”

A comparação com as outras turmas regulares do curso de Medicina Veterinária são inevitáveis, pois como são processos seletivos diferentes e método pedagógicos personalizados, algumas pessoas ainda insistem em algumas distinções. Os relatos dos entrevistados demonstram a responsabilidade dessas turmas, sendo um processo de conquista que perpassa pelos educandos.

“Acredito que cada turma tem uma influência na universidade seja ela positiva ou negativa, dizendo isto as TEMV’S desde a 1º turma traz consigo uma responsabilidade grande, tanto em relação as notas assim como em relação ao comportamento dentro da sala de aula (E3).”

Sendo assim, os educandos com as suas experiências compartilhadas da coletividade dos movimentos sociais, também encontraram estratégias de aproximação e interação com os acadêmicos e outros setores da universidade, ocupando seus espaços e buscando alternativas positivas no cotidiano acadêmico.

“A turma hoje é bem mais tranquila a convivência com as outras turmas a gente tem muito diálogo, a gente meio que até se ajuda com as outras turmas na questão de estudo e tal, e outra coisa que ajudou muito é que a gente no futebol a gente conseguiu montar um time geral tanto turma regular quanto a nossa e tem integrantes da nossa turma que são tipo da direção das atléticas. isso ajudou muito na questão da convivência e tem a questão dos estágios, gente que faz estágio juntos e conversa dá

uma interação e eles vêm que não é aquilo que tinha no começo aquele preconceito (E6).”

Essas atitudes, representadas por uma organização esportiva, é uma tentativa de aproximação e interação entre os diversos espaços dentro da universidade. A importância de troca e de compartilhar vivências é enriquecedor dentro do contexto acadêmico.

“Mostrar a diversidade sócio cultural que existe, possibilitando assim a troca de saberes onde podemos trazer o conhecimento da população rural e adquirir o conhecimento científico criando a ponte entre o campo e a universidade (E10).”

O empenho dos educandos na universidade é notório e condizente com o objetivo da universidade em relação ao desenvolvimento da comunidade. A população campesina, nesses espaços, busca agregar melhorias e avanços em seus assentamentos, sendo uma oportunidade de fruição de uma política pública de educação em nível superior.

“Nós enquanto educandos da TEMV temos a oportunidade de ocupar esse espaço dentro da universidade para adquirir conhecimento técnico (teórico prático) que o curso nos propõe, sermos bons profissionais, trazer conhecimento técnico e ajudar a desenvolver nossas comunidades e participar e contribuir com as lutas populares em nossas localidades e na universidade (E4).”

Os educandos, dentro do contexto da UFPEL assumiram seu papel, mesmo com inúmeros entraves, buscando estratégias de superação e contendas para conseguirem alcançar seus objetivos. Eles protagonizam a luta pelo direito a educação, além de trazerem a discussão outras temáticas relevantes, que permeiam os movimentos sociais campesinos. Mesmo estando em evidências de críticas, mantêm seus posicionamentos firmes, e junto com a comunidade acadêmica buscam melhores condições para o ensino superior.



“A influência ao acesso ao ensino superior para os trabalhadores do campo eu acho que é uma coisa que a gente tem que pautar muito, porque pode ter certeza, não é muito o meu caso, que eu tinha facilidade pois fiz o ensino médio no instituto federal, e tenho um curso técnico e eu já tinha um mundo mais amplo, mas você pega outras regiões ou em outros assentamentos, as pessoas não têm acesso a isso nem ensino médio o ensino médio bom, eu digo por que o instituto federal o ensino médio é muito bom, numa escola estadual também, às vezes tem um ensino médio muito fraco ou nem faz o ensino médio por falta de oportunidade, então ter o acesso a faculdade ao ensino superior de uma forma um pouco mais facilitado entre aspas, por que não é facilitada também por que tem processos e tudo vai dificultando tu ir até lá ai enfim várias coisas que estão em pauta e mesmo assim facilita o acesso aos jovens do campo a faculdade, é muito importante e a gente precisa pautar cada vez mais isso. Então tu vai, tu estuda, tu volta e dar o retorno para a tua comunidade pra tua base tu consegue trazer uma formação ali pra dentro, consegue desenvolver melhor a produção, pensando na nossa área que a pecuária, enfim, animal pecuária no geral, pois a maioria quer animais de produção, bovino, ovino, enfim, então eu acho que é isso a gente precisa cada vez mais fortalecer isso e dizer isso o quanto é importante para o campo a importância está nítida tu sai de um lugar onde tu nasceu, tu volta pro lugar onde tu nasceu e tu consegue desenvolver aquilo e mais e cada vez mais melhorar a estrutura e a vida das pessoas porque as pessoas estão cada vez mais esquecidas, principalmente as pessoas do campo. e acho que enfim, então o principal é a melhorar a qualidade de vida é melhor a qualidade da produção, trazer para essas pessoas tudo o que tu conseguir absorver na faculdade e tudo o que tu puder ajudar para fortalecer isso, está tudo ligado tu consegue com mais facilidade de entrar na faculdade tu consegue ir com mais facilidade retornar e conseguir trabalhar com as pessoas e trazer essa contribuição (E11).”

Sendo assim, para os educandos, o PRONERA nesse caso as turmas especiais de Medicina Veterinária da UFPEL, significou uma oportunidade de proporcionar aos seus assentamentos uma inovação que permita trazer qualidade de vida para a sua comunidade.

Baseados nos dados relatados nas entrevistas, a dificuldade de acesso ao ensino superior é um entrave para a implementação de conhecimentos técnicos que promovam estratégias de melhorias para o povo campesino. A perspectiva de retorno para a sua comunidade, com um aparato teórico que inove os processos da produção de seu entorno, gera uma expectativa de contribuição e sentimento de valorização para a população campesina.

“É de extrema importância o ensino superior para o campo assim como para a sociedade em geral. Porém para o campo além de nós dar uma perspectiva de vida melhor também ajuda no incentivo da juventude camponesa a buscar o ensino superior e seguir estudando e se especializando, possibilitando que estes jovens permaneçam no campo. E portanto para desenvolvermos o campo necessitamos de conhecimento teórico nas diversas áreas que a universidade nos oferta, nós enquanto turmas do PRONERA temos a oportunidade de acessar esse conhecimento para aplicar e ajudar a desenvolver as nossas comunidades camponesas. “Não desenvolvemos o campo com ignorância e falta de incentivo” (E7).

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que o PRONERA possibilita a construção de espaços de troca de conhecimento, na qual a relação universidade e a vida cotidiana do

camponês se entrelaçam, com o intuito de aprimorar tais conexões, tendo como objetivo principal uma política pública efetiva e digna.

“O conhecimento técnico para o trabalhador no meu ponto de vista é importantíssimo no sentido de que o trabalhador ele já possui o conhecimento empírico e nós vamos levar para o campo o conhecimento adquirido em sala de aula como complemento com o conhecimento que o camponês já possui (E9).”

Para os entrevistados, o PRONERA se tornou uma prática educativa, na qual suas ações buscam assegurar e promover alternativas para melhores condições de vida para a população campesina, preservando os princípios dos movimentos sociais do campo, que tanto lutam e reivindicam por sua manutenção e expansão.

“A importância do PRONERA é na forma de permanência no campo, aperfeiçoamento nas técnicas de produção, capacitação para melhorar o trabalho no campo e melhorar as condições de vida dos assentados pela reforma agrária, onde se dá uma fonte de renda, e melhora a produção nos assentamentos (E5).”

A conjuntura, política e econômica dos últimos anos vem apresentando diversos entraves para a ampliação das políticas de educação do campo, o que causa apreensão nos atores envolvidos nessa pesquisa. Ademais, a incerteza na manutenção dos recursos e na continuidade dessa política pública gera um temor, pois para eles, o programa é um instrumento de fruição da sua cidadania.

“Governo vem sucateando o ensino público dificilmente vai se formar pensadores formadores de opinião e nós vimos desde pequeno trabalhando na roça como todo ser humano ou vai se criar como jogador de futebol ou vai fazer uma faculdade e sonhar alto e o sonho era principalmente era esse conseguir estudar ajudar os pais e querer que estudante não ficasse no campo.

Até antes de fazer 18 anos a minha vontade era acampar pegar um lote, mas o meu pai disse que para ser parte do MST e ajudar no movimento social é necessário pensar em pessoas que estudem, que voltem, não é só fazer agricultura é trazer o conhecimento trabalhando e auxiliando no conhecimento das bases, e depois porque não ter um norte botar na prática, mas gastar um tempo estudando sempre pelo interesse de realizar o sonho que era de criança, o ensino, a dificuldade financeira eu não iria para a faculdade se não tivesse uma porta, e também se não tivesse os meus pais para me ajudar financeiramente, assim como quase todos estão lá comigo, pois de fato é um trabalho árduo passar 5 anos estudando, é uma oportunidade única, sem dúvida, mas colocando para o campo essa situação de ter um conhecimento já de base.”

Ter condições financeiras para fazer um curso pré vestibular durante um período para conseguir uma vaga e entrar na faculdade de veterinária, eu tinha muita dificuldade com isso eu me dediquei bastante para entrar no curso é uma cultura de um ensino muito ruim, quer de todo o processo infantil, que não se via interesse todo jovem o aprendizado já vinha defasado (E4).”

É necessário, portanto, compreender o significado que o ensino superior representa para a população campestre. O acesso à universidade, para os educandos e suas famílias, demonstra a potencialidade dos sujeitos camponeses em ser protagonistas de uma mudança e de melhorias nos seus assentamentos.

Existe um grande esforço, por parte de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. O envolvimento dos educandos, das famílias, dos membros do movimento social do campo, dos profissionais que atuam diretamente com as turmas especiais de medicina veterinária da UFPel, são a demonstração que esse é um trabalho revolucionário, pois pauta a esperança e melhores condições de vida para uma população que sofre com as mazelas históricas da exclusão social.

*Penso que cumprir a vida  
Seja simplesmente  
Compreender a marcha  
E ir tocando em frente  
Como um velho boiadeiro  
Levando a boiada  
Eu vou tocando os dias  
Pela longa estrada, eu vou  
Estrada eu sou  
Almir Sater*

## **CONSIDERAÇÕES**

Na atual conjuntura política, econômica e social, em meio a uma pandemia mundial do COVID-19, que escancara os abismos da desigualdade social, a garantia dos direitos sociais para a população campestre é um tema desafiador.

A realidade brasileira, nesse contexto, é traçada por ações políticas incertas, através de uma liderança de gestão governamental desqualificada (grifa-se principalmente em âmbito federal), ousando caracterizar o que conduz a atos desumanos, onde se dissemina uma ameaça às políticas sociais que asseguram o mínimo de dignidade e cidadania.

Sendo assim, podemos destacar que as políticas sociais para a educação do campo, em especial, o PRONERA, também vem sofrendo ameaças e retrocessos. Esse cenário é um desafio para todos os atores envolvidos nas turmas especiais de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas, pois exige habilidades e estratégias para contornar as adversidades do cotidiano.

Esta dissertação permitiu realizar um estudo de caso, específico com as Turmas Especiais III e IV de Medicina Veterinária da UFPel, levando em consideração todas as adaptações necessárias que esse momento peculiar exige, mantendo as orientações sanitárias de preservação e segurança. Cabe ressaltar que a disponibilidade, paciência e generosidade dos entrevistados, foram essenciais à conclusão desse trabalho.

Foi realizado uma breve retrospectiva sobre a história da educação do campo, a luta dos movimentos sociais na conquista dos direitos para a população campestre e a implantação das turmas especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas, bem como a realidade local da política na perspectiva de alguns atores envolvidos nesse processo.

Os dados encontrados nessa dissertação evidenciam as árduas lutas dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em trabalhar na construção de uma política pública de educação para a população campestre. A relação do MST



é peça chave na garantia institucional e jurídica de uma política pública, que ultrapassou a proposta de projetos de governo, para um patamar de política pública de Estado, implantada com todo o respaldo que é necessário. Caso não houvesse toda essa articulação, a manutenção do PRONERA seria incerta, pois as propostas apresentadas nesses últimos governos, principalmente após o Golpe Parlamentar de 2015 - 2016 (impeachment da presidente Dilma Rousseff), são de diminuição e irregularidades nos repasses para a manutenção desses projetos.

No contexto das turmas especiais na UFPel, podemos destacar que a sua implantação e judicialização, na sua gênese, ainda trazem reflexões para as turmas que estão vinculadas à universidade. Os atores envolvidos já avançaram em inúmeros aspectos, buscando sua representatividade na academia.

Os educandos têm participado ativamente nesses processos, buscando estratégias de garantir a excelência no seu ensino, para levar a sua comunidade inovações que aprimorem a melhoria na qualidade de vida e do trabalho nos assentamentos. A pesquisa evidenciou a expectativa dos educandos em proporcionar ações inovadoras, qualificando os seus assentamentos, suas produções e manejos. Além disso, também mostrou que a dedicação, disciplina e a unidade entre todos é fundamental para alcançar os objetivos propostos pelas turmas.

Ainda que as turmas especiais de medicina veterinária sejam vitrines para a discussão das políticas públicas para a população do campo, há uma contrapartida que os educandos conseguem, com organização, superar essas adversidades. Mesmo não sendo possível a reprovação, a permanência estudantil tem um percentual alto, e o rendimento dos educandos é considerado satisfatório.

Outro fator que podemos ressaltar é que mesmo com dificuldades, principalmente nesses últimos períodos letivos, em que as aulas foram temporariamente suspensas, em virtude das medidas preventivas do COVID -19, e posteriormente passaram a ser na modalidade à distância, os educandos se adaptaram as novas formas de ensino. Como eles voltaram para suas casas, na zona rural, o acesso à internet é limitado, com muitas dificuldades, porém não houve abandono por parte dos educandos.

Sendo assim, o estudo revelou um outro ponto, que é a necessidade da Universidade se adaptar com a realidade dos educandos. Promover o debate de temas que perpassam a permanência estudantil, como por exemplo às questões relativas as avaliações, e pensar em estratégias sobre a reprovação, que são angústias relatadas pelos educandos, oferecendo um

suporte às necessidades de acesso aos serviços da Universidade são pautas que devem fazer parte da agenda da gestão universitária.

As turmas especiais de Medicina Veterinária precisam de um aparato da Universidade, pois os retrocessos no repasse de investimentos e recursos influenciam diretamente no processo educativo. A crítica também é feita na minha especificidade profissional do Serviço Social, que deve realizar um trabalho continuado com educandos, partilhando e lutando por seus direitos ao acesso à educação.

Por fim, destacamos que houve avanços significativos no decorrer das turmas especiais de Medicina Veterinária, na qual busca seu espaço no contexto universitário. É evidente que as contendas não cessam e essa é uma trajetória constante de lutas e desafios, no qual visa o aprimoramento e fortalecimentos dos educandos em todos os espaços acadêmicos.

Portanto essa dissertação não pretende esgotar as discussões sobre as Turmas Especiais de Medicina Veterinária, mas reforçar a importância desses atores no contexto da universidade. O protagonismo dos movimentos sociais do campo e dos educandos deve ser motivador na luta dos direitos sociais e na construção de políticas públicas efetivas e dignas para todos os cidadãos.

*Todo mundo ama um dia  
Todo mundo chora  
Um dia a gente chega  
E no outro vai embora  
Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si  
Carrega o dom de ser capaz  
E ser feliz  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir  
Almir Sater*

## REFERÊNCIAS

AURELIANO, Sávio da Silva; SILVA, Janicleide Vieira; SANTOS, Amanda Gomes dos. **Educação do campo e os desmontes no presente governo Bolsonaro**. Conedu VII Congresso Nacional de Educação, Outubro de 2020 - Maceió - AL. Disponível em: <https://www.edicoes.conedu.com.br/trabalhos-aprovados.php>. Acesso em: ago. 2021.

BORGES, Guilherme Martins Teixeira; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **O Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária-PRONERA em “desmonte”: 20 anos de lutas e conquistas ameaçados pelo elitismo fundiário no cenário de 2016 a 2020**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, p. e10501-e10501, 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10501>> Acesso em: ago. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais**. In Serviço Social, Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho**. In: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estado Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 212, p.1- 3, 5 de nov. de 2010. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207352&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207352&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art.)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Portaria/Incr/P/n.º 238, de 31 de maio de 2011.** Aprova Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 105, p. 169, 2 de jun. de 2011. Seção 1. Boletim de serviço/INCRA, n. 23, de 6 de jun. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Portaria do Ministro Extraordinário da Política Fundiária n.º 10, de 16 de abril de 1998.** Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 24, p. 33, 24 de abr. de 1998. Seção 1.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer CNB/CEB nº 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília: CNE, 4 de dezembro de 2001.

Disponível em:  
<[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_parecer\\_36\\_de\\_04\\_de\\_dezembro\\_de\\_2001.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/12613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12613.htm)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm)> Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: maio. 2020.

BRITO, Rosa Maria Jesus. **Formação Superior de Educadores do Campo: análise das propostas pedagógicas dos cursos do PRONERA da UFPB.** 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.  
Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4644/1/arquivototal.pdf>>  
Acesso em: maio. 2020.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>> Acesso em: jun.2020.

\_\_\_\_\_, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. In: Santos, C. A. (org.). Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha. **Educação do campo: PRONERA**, uma política pública em construção. 2006. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3506>> Acesso em: jun. 2020.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan. 1997.

DAMASCENO, Maria Nobre. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (orgs). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

\_\_\_\_\_, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 73-89, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>> Acesso em: jun.2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em: jun.2020.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In: Munarim, A. et al. (org.). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-46. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/403>> Acesso em: jun.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio. **Direito à Educação**. (Org.) CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil, FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

INCRA. **Pesquisados da Unesp apresentam resultados da II PNERA**. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pesquisadores-da-unesp-apresentam-resultados-da-ii-pnera>> Acesso em: maio. 2020.

KOLLING, Edgar Jorge; Nery, Israel Jose; Molina, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma educação do campo, 4). Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>> Acesso em: jun. 2020.

MACHADO, Valdirene. **Construção da coletividade no processo educativo: Turma Especial de Medicina Veterinária PRONERA/UFPEL**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado) – curso de Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2013.

MACHADO, Valdirene Soares; MELLO, Dario Fernando Milanez. **Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL: uma experiência educativa em andamento**. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas. Anais do I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012. v. 1.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. v.5. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000

MELO, Conceição Coutinho; SIQUEIRA, Luciana Valentim. **O papel da Educação do Campo para a transição agroecológica nos assentamentos: a contribuição do PRONERA/RS**. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19924>>. Acesso em: set. 2020.

MELLO, Dario Fernando Milanez e SCHUCH, Luiz Filipe Damé. **Projeto do Curso de Medicina Veterinária**. Pelotas, 2007.

MINAYO, Maria Celia de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013

MOLINA, Mônica Castagna. **A Contribuição do Pronera na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 282 f. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação n 8. 3 ed. São Paulo: 2004.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de e CAMPOS, Marília. **Educação básica do campo**. In: CALDART, Roseli (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 237-250. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>> Acesso em: jun.2020.

PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL. João Pessoa, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/prisc/Downloads/Victor%20Gadelha%20Pessoa,%20TC,%202015.pdf. Acesso em ago. 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Turma Especial em Medicina Veterinária**. Convênio INCRA-PRONERA/UFPEL. Pelotas, 2013.

ROSA, Mirian; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O PRONERA**. VIISimpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, Jun/jul 2016, Araraquara – SP. Disponível em:<<https://uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao8/movimentos-sociais-campo-pronera.pdf>>Acesso em: ago. 2021.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. In: Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2001. p. 329-329. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000784160>> Acesso em: set.2020.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **O PRONERA e as Políticas Públicas de Educação do Campo**: Uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Org.). Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: MDA, 2011. p. 313-334.

\_\_\_\_\_, Clarice Aparecida dos. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. In: CALDART, Roseli Salette. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. [a] 251

\_\_\_\_\_, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em Educação do Campo da UnB**. Brasília: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. [b]

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs**. Banco de dados 2014. Integrado ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATES) aos assentamentos de Reforma Agrária. Disponível em:<[www.sigra.net.br](http://www.sigra.net.br)> Acesso em: maio. 2020.

SILVA, Sueli Maria Goulart, Deise Mazzarella; VOLTZ, Carlos Poerschke. **Programas governamentais e demandas populares para acesso ao ensino superior no Brasil**. I Congresso de Estudos Organizacionais (ICBEO), Fortaleza, 2013.

SOUZA, Maria Antonia de. **O Movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de Políticas Públicas**. In. Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 11, n. 1, p.39-56, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/715/71512097003.pdf> .> Acesso em: out. 2020.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Diário da Justiça Eletrônico**. Edição nº 692 – Brasília, disponibilização: Quinta-feira, 11 de Novembro de 2010, publicação Sexta-feira, 12 de Novembro de 2010. (218)

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Gladimir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/yKbb64ckpSn6r5k3szHTHJJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: set.2020.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A Educação do Campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético**. In: MOLINA, Monica C. (org) Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília, MDA/MEC 2010a, p. 127-135.

**VÍDEO produzido e editado pela I turma especial de Medicina Veterinária UFPEL - PRONERA**. I etapa - Mar-Jun Disponível em: 2011 <[https://www.youtube.com/watch?v=AI3rsFkQEwI&ab\\_channel=DarioMello](https://www.youtube.com/watch?v=AI3rsFkQEwI&ab_channel=DarioMello)>. Acessado em: 15 de set. De 2021.

**VÍDEO Turma Especial Medicina Veterinária MST UFPEL**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=gmlaeh9vvfc&ab\\_channel=eriuztiaraju](https://www.youtube.com/watch?v=gmlaeh9vvfc&ab_channel=eriuztiaraju)>. Acessado em: 15 de set. De 2021.

VOLTZ, CARLOS EDUARDO POERSCHKE. **O Movimento da Educação do Campo na Universidade: o caso das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas**. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015 Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163595/000989014.pdf.txt;jsessionid=BABFE20F9B7940444CA64512E4C203C5?sequence=2>> Acesso em: set.2020.



## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### **Roteiro de Entrevista Professor**

Qual o número de alunos matriculados na TEMV?

Há predominância de alunos do RS ou de fora do Estado?

Qual a relação de proximidade com a família e o seu assentamento?

Como ocorre o acesso aos serviços de saúde e socioassistenciais? Por exemplo CRAS ou UBS

Na gestão universitária, quais os departamentos nos quais a TEMV está vinculada?

Como se estruturam os núcleos de base?

Como é composta a coordenação pedagógica? Há equipe técnica que acompanha a TEMV?

Qual a percepção da TEMV da comunidade universitária?

Na conjuntura política atual, com base no Decreto 10.252 de 20/02/2020, e com mudanças na gestão da UFPel, quais as possibilidades de investimentos do PRONERA?

## APÊNDICE 2

### **Roteiro de Entrevista Técnico PRONERA**

Como foi seu envolvimento com as TEMV da UFPEL?

Na sua opinião como foi a implantação do curso?

Foram realizadas parcerias na execução e manutenção dos cursos? Qual sua percepção sobre essas parcerias?

Qual a participação dos movimentos sociais do campo nesse processo?

Como é realizada a organização dos educandos?

Como você percebe a relação dos educandos da TEMV com os outros discentes da UFPEL?

Quais as maiores dificuldades encontradas para a execução do PRONERA na UFPEL?

Como você avalia a implantação do programa até os dias atuais?

Como você avalia os recursos destinados ao PRONERA na UFPEL?

Qual sua opinião sobre a importância do PRONERA na UFPEL?

Como você avalia o movimento de educação no campo e o quanto o PRONERA pode transformar a UFPEL?

## APÊNDICE 3

### **Roteiro Entrevista Educando da TEMV**

Qual foi seu interesse pelo curso de Medicina Veterinária do PRONERA na UFPEL?

Como você avalia o seu ingresso, através do processo de seleção, até o desenvolvimento das aulas?

O que você conhece sobre o processo de implantação do PRONERA UFPEL?

Como você avalia o programa atualmente?

Qual sua avaliação sobre os métodos pedagógicos utilizados? E sobre as aulas e disciplinas?

Qual é o cotidiano dos educandos na TEMV?

Qual a influência do acesso ao ensino superior para os trabalhadores do campo?

Qual a sua opinião sobre o papel dos educandos da TEMV na transformação da UFPEL?